

Governança comunitária de florestas para crianças

kit pedagógico

Rita Serra e Patrícia Ferreira

Título:

Governança comunitária de florestas para crianças: kit pedagógico

Autoras:

Rita Serra
Patrícia Ferreira

Design:

Rebeca das Neves
Luís Félix

Ilustração:

Rebeca das Neves

Revisão linguística:

Sofia Silva

Revisão:

Alberte Román, Trespés Sociedade Cooperativa Galega
Eugénia Rodrigues, Baldios dos Lugares da Extinta Freguesia de Vilarinho, Lousã
Fátima Alípio, professora do 1.º ciclo do ensino básico
Giovanni Allegretti, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
João Arriscado Nunes, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
Joaquim Seco, Baldios dos Lugares da Extinta Freguesia de Vilarinho, Lousã
José Augusto Ferreira da Silva, advogado
José Maria Castro Caldas, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
Raúl García-Barrios, Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinares da
Universidad Nacional Autónoma do México
Luis Trota, Baldios dos Lugares da Extinta Freguesia de Vilarinho, Lousã
Palmira Serra, professora de Ciências da Natureza do 2.º ciclo do ensino básico
Paulo Jablonski, Trespés Sociedade Cooperativa Galega
Sónia Acioli, Departamento de Saúde Pública da Faculdade de Enfermagem da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Impressão e acabamento:

Finepaper
Rua do Crucifixo, nº 32, Lisboa

Fevereiro de 2017

ISBN: 978-989-8847-03-4

Governança comunitária de florestas para crianças

kit pedagógico

Financiamento:

Este livro foi desenvolvido no âmbito do projeto de investigação SCRAM - Crises, gestão de risco e novos arranjos sócioecológicos para florestas. Uma perspetiva dos estudos sobre ciência e tecnologia, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (Ref. PTDC/CS-ECS/099630/2008 FCOMP- 01- 0124- FEDER- 009236).

Centro de Estudos Sociais
Colégio de S. Jerónimo
Largo D. Dinis
Apartado 3087
3000-995 Coimbra, Portugal



AGRADECIMENTOS

Este livro resulta da experiência e das reflexões resultantes da 1.^a Escola de Verão dos minicompartes dos Baldios de Vilarinho, Lousã. A Escola de Verão foi uma das atividades desenvolvidas no decorrer do projeto de investigação “SCRAM - Crises, gestão de risco e novos arranjos sócioecológicos para florestas. Uma perspetiva dos estudos sobre ciência e tecnologia” coordenado pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (Ref. PTDC/CS-ECS/099630/2008FCOMP-01-0124-FEDER-009236), no âmbito do protocolo de colaboração entre o CES e a Comunidade de Compartes dos Baldios da Freguesia de Vilarinho, Lousã. A Escola de Verão foi coorganizada juntamente com dois parceiros locais, a Associação de Defesa do Idoso e da Criança de Vilarinho, Lousã (ADIC) e a Junta de Freguesia de Vilarinho. Atualmente, a junta de freguesia encontra-se extinta e os compartes alteraram a designação para “Baldios dos Lugares da Extinta Freguesia de Vilarinho” (doravante designados por Baldios de Vilarinho).

A Escola de Verão foi fruto de uma troca de ideias intensa sobre pedagogias para a governação comunitária, cujas discussões alimentaram a escrita deste livro. Foram muitas as pessoas que se empenharam nesta iniciativa e que deram o seu contributo para que a sua realização fosse possível, às quais nunca conseguiremos fazer inteira justiça numa secção de agradecimentos. Mesmo assim, vamos tentar fazê-lo, esperando que nos perdoem as falhas, tendo em conta a riqueza das vivências partilhadas.

Agradecemos à equipa SCRAM, a Mayrén Vargas e Iryna Skulska, por nos terem apoiado em mais esta aventura. Anailton Salgado, doutorando em “Pós-Colonialismos e Cidadania Global” (CES), pelo empenho dedicado às crianças no desenvolvimento das atividades pedagógicas. Luís Trota, Presidente do Conselho Diretivo dos Baldios de Vilarinho e Eugénia Rodrigues, engenheira florestal dos Baldios de Vilarinho, foram incansáveis e “companheiros de armas” em todos os desafios, desde o momento em que a Escola de Verão era apenas um sonho. O apoio de Joaquim Seco, presidente da Junta de Freguesia de Vilarinho aquando da realização da Escola de Verão, foi de um entusiasmo e energia contagiantes. Rogério Martins e Marisa Costa, da ADIC, abraçaram desde o início esta ideia e facilitaram a sua execução. Nas salas e corredores do CES, foram muitas as pessoas com quem discutimos a Escola de Verão. Em Vilarinho, o quotidiano não seria possível sem o apoio constante de Carla Soares, da ADIC, e de todos que nos ajudaram nos momentos mais exigentes, como a Sandra Amado, da junta de freguesia. Agradecemos a participação de António Marques, Fernando Simão, Helena Amado e Valdemar Gonçalves por nos apoiarem e darem a conhecer o seu trabalho na gestão dos Baldios de Vilarinho. Agradecemos aos sapedores florestais dos Baldios de Vilarinho (António Simões, David Lopes, Filipe Amado, João Trota, José Piedade e Rui Trota) o carinho e profissionalismo com que nos acompanharam e deram a conhecer as atividades realizadas diariamente na floresta. Agradecemos aos utentes do Centro de Dia da ADIC a paciência e boa disposição com que aceitaram ser entrevistados pelas crianças. Agradecemos ainda aos nossos mentores espirituais, João Arriscado Nunes (CES/ Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra) e Raúl García-Barrios (Universidade Nacional Autónoma do México) o apoio incondicional, a liberdade e o estímulo para pensar criticamente, coisa rara nos dias de hoje. Ao CES, agradecemos o imprescindível apoio institucional e o facto de ser o lugar onde este tipo de trabalhos é possível.

Agradecemos aos revisores a leitura crítica e os comentários que nos permitiram enriquecer o texto. Agradecemos à linguista Sofia Silva a revisão cuidada e a cumplicidade com o estilo narrativo de Aquilino Ribeiro, que se refletiu não só na forma mas também no conteúdo do livro, e aos designers Luís Félix e Rebeca das Neves pelo trabalho artístico que povoa este livro com a gente e os bichos que habitam a floresta, alimentados pelo imaginário aquiliniano.

Acima de tudo, agradecemos às crianças que participaram na Escola de Verão o carinho com que nos receberam e a forma como aceitaram os desafios propostos, e às suas famílias por terem sido participantes tão entusiastas.



Prefácio	8
Introdução	10



Governança comunitária de florestas

Desafios das florestas comunitárias para as comunidades de hoje	14
Desafios das florestas comunitárias em Portugal	20
Desafios da educação de crianças para a cidadania comunitária	30



Modelo pedagógico

“Escolas de Verão para as florestas comunitárias”

Abordagem pedagógica	38
Pontos de partida para o diagnóstico das florestas comunitárias	40
Componentes e atividades básicas do programa das Escolas de Verão	44
Implementação das atividades: a 1.ª Escola de Verão dos minicompartes dos Baldios de Vilarinho	62
Avaliação	78



Reflexões para o futuro e internacionalização	85
Posfácio	86
Referências bibliográficas	89

PREFÁCIO

O livro que a(o) leitora(o) leitor tem entre mãos é o resultado de um original e inovador projeto - designado pelo acrónimo SCRAM - que, ao longo de vários anos, foi levado a cabo através de uma colaboração entre uma comunidade local - os moradores da (agora extinta) freguesia de Vilarinho - e uma equipa sediada no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e coordenada pela Doutora Rita Serra. Contra a promoção - característica da atual dinâmica do capitalismo neoliberal - da extração, sem limites e sem regeneração, de riquezas oferecidas pelo mundo a que pertencem e de que são parte os seres humanos organizados em coletivos e comunidades, o projeto procurou resgatar a importância e indispensabilidade das experiências de constituição mútua de territórios, comunidades e identidades e da garantia da sua continuidade entre gerações. Mas este livro é bem mais do que um relato de uma das atividades deste projeto. A intenção programática que percorre todo o texto aponta para além da apresentação e discussão, em pormenor, da experiência inovadora de criação de uma Escola de Verão de minicompartes dos Baldios numa (extinta) freguesia da Região Centro de Portugal, propondo, não um modelo a copiar, mas uma iniciativa exemplar de como as gerações jovens podem aprender a construir relações de comunidade através de processos de democracia participativa e de indagação colaborativa. Estas poderão inspirar outras iniciativas para responder aos desafios da constituição e/ou revitalização democráticas de muitos coletivos de base territorial, capazes de assumir a responsabilidade pelos territórios de que são parte. O subtítulo de "Kit pedagógico" é bem expressivo dessa ambição de proporcionar instrumentos e reflexões que permitam, noutros lugares, noutros contextos, aprender a governar, de forma democrática e assente em procedimentos rigorosos de indagação colaborativa, para os quais é indispensável a experiência de saberes diversos e de diferentes gerações e a mobilização das forças capazes de forjar relações comunitárias vinculadas a territórios sempre em (re)construção.

Quando escrevi as primeiras palavras deste prefácio, estava longe de imaginar como as circunstâncias em que iria completar a sua escrita viriam a demonstrar, de modo dramático, a urgência e pertinência de um projeto como este - mais, da multiplicação, em versões adequadas a contextos distintos, de projetos como o que aqui nos é apresentado - e dos caminhos para que aponta. Do lugar onde escrevo, uma localidade do Concelho de Arouca, no Distrito de Aveiro, com vista para a Serra da Freita, vou assistindo ao rápido alastrar das chamas que consomem boa parte da Serra, pintando a paisagem, habitualmente uma majestosa mancha verde de vegetação

exuberante, em tons de um vermelho que emerge de quando em quando e de um cinzento que se propaga rapidamente, fumo e cinzas que tornam o ar irrespirável e ocultam a luz do Sol... Neste início do mês de agosto de 2016, os incêndios florestais reapareceram, em muitas regiões de Portugal, no Continente e na Madeira, com uma intensidade que nos vem lembrar, mais uma vez, a vulnerabilidade e precariedade desse precioso bem comum que é a floresta, e a trágica incapacidade de proporcionar, de maneira organizada e coletiva, o cuidado e a proteção continuadas sem as quais as florestas se transformam em pasto do fogo. Este livro é mais uma peça, preciosa, na procura de uma resposta à lancinante interrogação que, todos os anos, ressurgue perante a destruição causada por fenómenos que já não é possível considerar como manifestações de uma Natureza ingovernável, mas em boa parte como o resultado de continuar a pensar a Natureza como um repositório barato de "recursos" discretos que esperam a sua valorização económica no quadro de uma sociedade e de uma economia em que uma árvore, expressa no seu valor de mercado, é equiparável a um par de sapatos, a um maço de cigarros ou a uma pastilha elástica. Como governar democraticamente os espaços ecossociais em que se constitui essa riqueza imensa - uma riqueza não redutível ao seu valor de troca -, que parece ser objeto de atenção sobretudo quando são avaliados e quantificados os prejuízos - em valor monetário - decorrentes da sua destruição?

A urgência da tarefa não nos deve, contudo, fazer esquecer que se trata de um processo em que interferem temporalidades diferentes, em que o tempo médio e longo da continuada aprendizagem e reinvenção dos saberes e modos de conhecer, de debater, de deliberar, de organizar e de atuar exigem uma especial atenção às gerações mais jovens, aquelas de quem irá depender a possibilidade de viver num mundo habitável, em que possa florescer a vida em todas as suas formas, e em que as comunidades humanas possam co-habitar o mundo de maneira responsável. E nada melhor, para nos mostrar um caminho possível, do que a notável experiência relatada neste livro.

Reguengo, Arouca, agosto de 2016
João Arriscado Nunes

INTRODUÇÃO

A governação comunitária de florestas é uma realidade global que tem vindo a atrair cada vez mais atenção nos países da Europa e na América do Norte. Apesar de ser uma realidade desconhecida pela maior parte da população, existem na Península Ibérica territórios governados de forma comunitária - a maioria deles florestados - designados por baldios, em Portugal, e montes veciñais en man común, na Galiza.

O interesse crescente pelas florestas comunitárias prende-se com a expectativa de aliar a gestão sustentável das florestas ao bem-estar das populações locais, através da participação democrática dos moradores nas estruturas de governação das florestas comunitárias. Foi precisamente esta possibilidade que conduziu ao interesse do projeto de investigação “SCRAM - Crises, gestão de risco e novos arranjos socioecológicos para as florestas – uma perspetiva dos estudos sobre ciência e tecnologia” pelos baldios.

A investigação do projeto SCRAM revelou que as populações locais têm de enfrentar grandes desafios para governarem as florestas como um bem comum (Serra et al., 2013). Um dos desafios centrais é a constituição de uma comunidade após séculos de destruição dos laços comunitários e da relação dos moradores com o território. A gestão sustentável das florestas tem de ter em conta as gerações vindouras, e tal só é possível quando se entende a comunidade como um projeto com passado, presente e futuro. No âmbito do projeto SCRAM, produzimos este livro, onde abraçamos o desafio de trabalhar a governação das florestas comunitárias com as gerações mais jovens.

Em “Governação comunitária de florestas” apresentamos brevemente o contexto das florestas comunitárias a nível global e os desafios que se colocam às comunidades de hoje, com destaque para a situação das florestas comunitárias em Portugal e para a importância de facilitar a criação de comunidades, para que estes lugares possam florescer. Acreditamos que ensinar às crianças os desafios de governar os bens comuns a nível local é também a melhor forma de questionar e aprender a governação da nossa sociedade (Serra et al., 2016). Por fim, enquadrámos as florestas comunitárias dos baldios como um espaço ímpar para orientar atividades de educação para a cidadania na temática ambiental, praticar a democracia e motivar os jovens para se tornarem cidadãos intervenientes na sociedade.

Em “Modelo pedagógico “Escolas de Verão para as florestas comunitárias”” apresentamos o modelo pedagógico desenvolvido a partir das reflexões e análises que resultaram da preparação, implementação e avaliação da 1.^a

Escola de Verão dos minicompartes dos Baldios de Vilarinho, Lousã. A escola teve lugar em julho de 2013 e resultou de uma parceria entre a Comunidade de Compartes dos Baldios da Freguesia de Vilarinho), a Junta de Freguesia de Vilarinho, a Associação de Defesa do Idoso e da Criança de Vilarinho, Lousã (ADIC) e o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES). Atualmente a junta de freguesia encontra-se extinta e os compartes alteraram a designação para “Baldios dos Lugares da Extinta Freguesia de Vilarinho” (doravante designados por Baldios de Vilarinho).

Consideramos essencial que as atividades pedagógicas sejam fortemente ancoradas em contextos locais e realizadas em parceria com instituições interessadas nas florestas comunitárias e na educação para a cidadania. Não perdendo de vista o panorama internacional, apresentamos, por fim, as reflexões para o futuro e para a internacionalização das Escolas de Verão.

Nos três anos que se seguiram à realização da escola, a Junta de Freguesia de Vilarinho foi extinta, no decorrer da muito contestada reorganização administrativa do território, o espaço de ATL da ADIC foi encerrado e o governo aprovou uma nova lei dos baldios que abre caminho para a sua extinção e integração no domínio privado das freguesias¹. Em Portugal, assim como na Galiza e noutros lugares do planeta, a sobrevivência das florestas comunitárias depende da capacidade de as populações locais fazerem frente a políticas públicas amplamente desfavoráveis à reconstituição das comunidades e dos lugares, após séculos de desvinculação dos cidadãos do território onde vivem.

Este livro destina-se a todos os compartes, profissionais, investigadores, professores e educadores que estejam direta ou indiretamente relacionados com as florestas comunitárias e que queiram abordar com crianças e jovens a governação comunitária de recursos naturais e a educação das crianças para a cidadania. Esperamos que possa ser útil para criar Escolas de Verão noutros contextos e noutros lugares.

Projeto SCRAM

► <http://www.scram.ces.uc.pt>

1- Aquando da realização da Escola de Verão dos minicompartes estava em vigor a lei dos baldios n.º 68/93. A 2 de setembro de 2014 foi publicada a nova lei n.º 72/2014, que vigora durante a escrita deste livro.

Governança comunitária de florestas



DESAFIOS DAS FLORESTAS COMUNITÁRIAS PARA AS COMUNIDADES DE HOJE

O monte non nos pertence. Somos nós quen lle pertencemos a el.

Xesús Balboa, Universidade de Santiago de Compostela

► En todas as Mans, 2015²

A governação comunitária de florestas é uma realidade global com expressão muito significativa nalguns dos países mais florestados do mundo (figura 1).

Em muitos lugares da Ásia, África e América Latina, as florestas comunitárias são um meio de subsistência vital para as populações locais. Por esta razão, estão no centro das ações de diversas organizações internacionais e de estudos académicos que têm em vista a redução da pobreza e o desenvolvimento (FAO, 2016). As florestas comunitárias da América do Norte e da Europa são um fenómeno menos estudado, mas têm vindo a suscitar cada vez mais atenção como forma de dinamizar economias locais, conservar a biodiversidade e os modos de vida comunitários (Bullock & Hanna, 2012).

Na Europa, estima-se que pelo menos 1,8 milhões de hectares de floresta estão sob a governação de comunidades locais e indígenas (FAO, 2010), mas este valor está amplamente subestimado. Existem pelo menos 12 milhões de terras comuns em apenas 13 dos países europeus (Eurostat, 2015). Para fins estatísticos, a UE contabiliza apenas a superfície agrícola utilizada (terra arável, pastagens permanentes e culturas permanentes) excluindo as florestas e terras não utilizadas. No entanto, esta categorização é problemática pois existem terras comuns tradicionalmente de uso agro-silvo-pastoril que foram posteriormente submetidas a regimes florestais. Este é o caso de Portugal e na Galiza, onde existem cerca de um milhão de hectares de terras comunitárias (Lopes & Cristóvão, 2010), designados por baldios (Portugal) e montes veciñais en man común (Galiza), cujo uso principal é florestal ou silvo-pastoril. A realidade das florestas comunitárias europeias é bastante desconhecida quando comparada com as florestas públicas e privadas (Pulla et al. 2013), e frequentemente fica de fora dos mapas oficiais (Land-Mark, 2016). No entanto, existem florestas comunitárias em quase todos os países europeus, principalmente nas áreas montanhosas (figura 2).

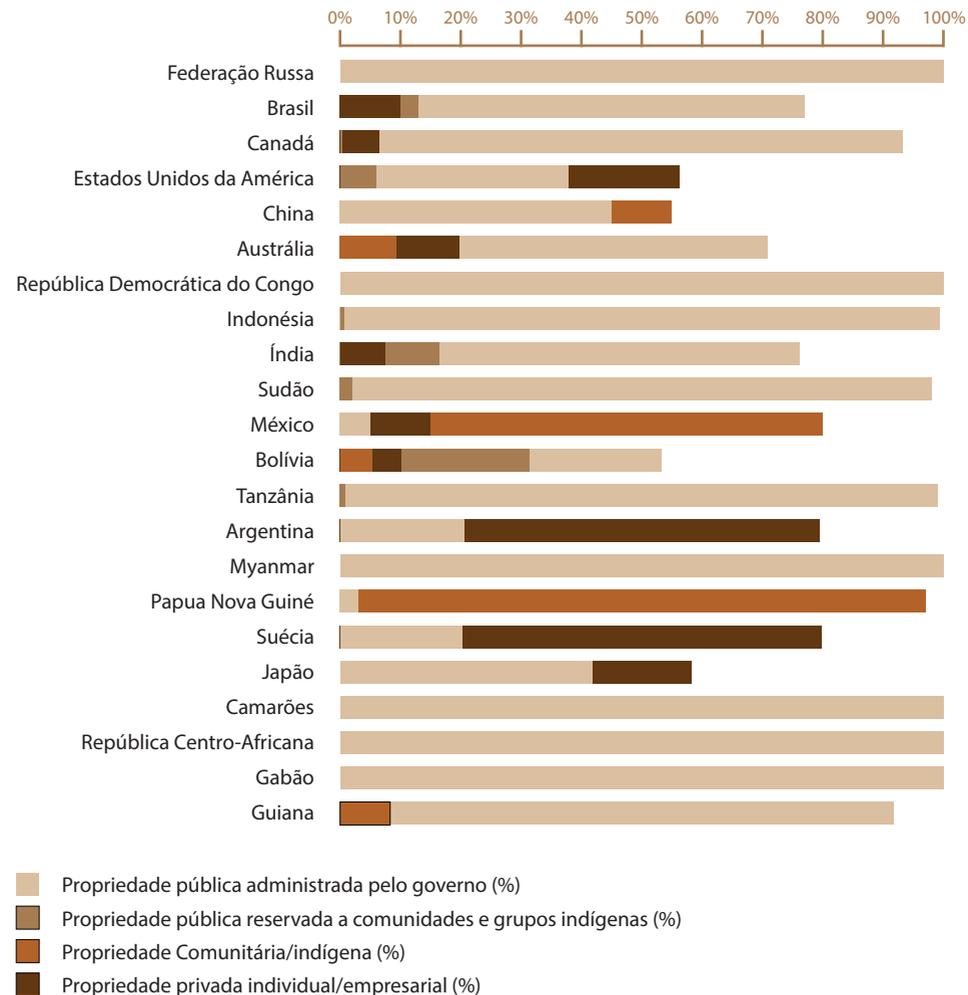
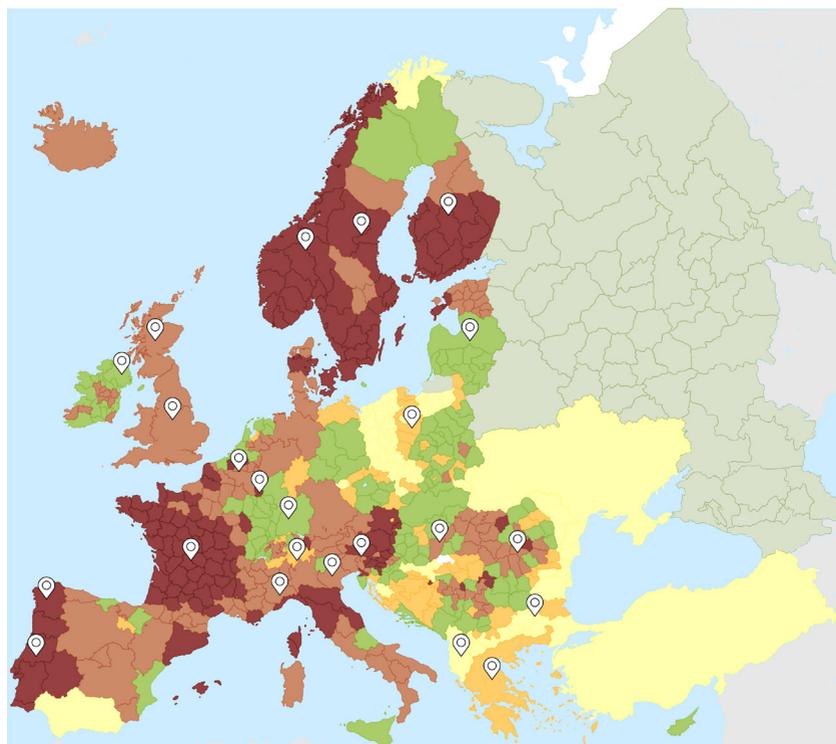


Figura 1 - Percentagem oficial de florestas públicas, privadas e comunitárias (reservadas a comunidades e grupos indígenas ou na sua propriedade) em 22 dos países mais florestados do mundo. Fonte: White & Martin (2002). Não foram incluídos o Peru e a Colômbia por dificuldades na obtenção de estimativas.

2 - O documentário "En todas as Mans" de Diana Toucedo produzido pela Trespés retrata o quotidiano dos montes veciñais en man común e dos baldios. Em Portugal, as filmagens foram realizadas em Vilarinho, Lousã.

► <http://www.entodasasmans.com/>



Proporção de florestas privadas (%)

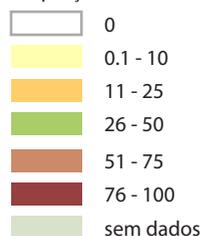


Figura 2 - Mapa das florestas privadas na Europa, com informação das florestas sob uso, gestão ou propriedade comunitária existente nos diferentes países. Adaptado de Pulla et al. (2013). Outras fontes: Bryden & Geisler (2007); Dienst (1984); Hartebrodt et al. (2005); Jaszczak et al. (2011); Jeanrenaud (2001); Lengyel (2010); Lopes & Cristóvão (2010); MAFB (2004); Romania Commons (2017); Merlo (1995); Papanastasis (1981); Schmithüsen (2000); Weiss (2001); Zingari (1998).

Nas regiões montanhosas da Europa, a existência de terras comunitárias tem raízes muito profundas e baseia-se em direitos milenares de uso e fruição comuns, que subsistiram até aos dias de hoje. No passado, os ecossistemas de montanha agrossilvopastoris sustentavam formas de vida comunitárias e providenciavam bens essenciais à subsistência dos seus habitantes. Muitas destas terras foram confiscadas e vendidas nos sécs. XVIII e XIX no âmbito do processo de implantação e consolidação do regime liberal, onde se deu a progressiva imposição da propriedade privada sob outros tipos de titularidade. Mais tarde, no séc. XX, as terras comunitárias foram temporariamente submetidas à administração pública e compulsivamente florestadas por governos centrais durante regimes autoritários, privando as populações locais dos seus bens comuns. Algumas comunidades conseguiram resistir e manter a sua autonomia e as instituições de governação intactas, mas o modo de vida dos habitantes foi dramaticamente alterado e a maioria não usufrui nem depende das florestas para a sua subsistência. Em muitos lugares, a gestão das florestas caiu nas mãos de entidades públicas e de agentes económicos privados³. Com a submissão da Europa a regimes de austeridade crescentes, tanto as entidades públicas como os agentes privados procuram rentabilizar no mercado a exploração de recursos, a fim de satisfazer os seus propósitos. A gestão de florestas, quando orientada exclusivamente para o mercado, tende a funcionar sob lógicas de curto prazo, descuidando os valores ambientais e patrimoniais e desperdiçando os bens não comerciais que poderiam ser valorizados localmente. Pode, inclusivamente, tornar-se um risco para as populações através de incêndios florestais. Os lucros gerados pela atividade florestal alimentam economias que não beneficiam o local, e os habitantes herdaram o passivo de uma paisagem degradada.

A incapacidade de as florestas reverterem benefícios para as populações locais é encarado pelos estudiosos como um fator que contribui para a sua degradação e insustentabilidade. O controlo local das florestas pelos moradores é encarado como uma forma de garantir que as florestas sejam importantes para as pessoas que vivem e convivem com elas, implicando-as no seu cuidado. No entanto, diversos estudos de caso revelaram que a participação local não conduz automaticamente a uma gestão florestal sustentável, nem a economias locais e a uma distribuição mais justa dos benefícios.

³ - Para mais informações sobre a história dos baldios, ver Brouwer (1995) e Nunes & Feijó (1990). Para o caso dos montes veciñais en man común, ver Balboa (1990); Fernandez Prieto (2000); VVAA (2006).

Os casos que foram bem-sucedidos na integração da boa gestão das florestas com o modo de vida das populações são aqueles nos quais existem comunidades (Flint et al., 2008).

À luz dos estudos mais recentes (García-Barrios et al., 2013), entendemos por governação de florestas comunitárias⁴ o conjunto das práticas de uso, gestão e governo dos recursos florestais realizadas em territórios de propriedade, titularidade, uso ou fruição compartilhados por uma comunidade que procura satisfazer algumas das suas necessidades à luz de uma noção dinâmica de bem comum.

O que entendemos por comunidade? Na literatura sobre governação comunitária das florestas, a comunidade é frequentemente utilizada como sinónimo de um grupo de pessoas envolvido com a floresta⁵. No entanto, consideramos que uma noção ambígua de comunidade é esvaziada de sentido e de propósito prático. No contexto do projeto SCRAM, definimos comunidade como um grupo bem determinado de pessoas que: a) partilham os direitos históricos ou legais de propriedade, titularidade, uso, fruição ou administração sobre os recursos de um território; b) gerem concertadamente esses recursos em função de uma tradição, quer dizer, de um conjunto de costumes e instituições que reconhecem como parte da sua identidade e do seu sentido de bem comum.

De acordo com a definição que estabelecemos, a comunidade local é o conjunto dos moradores que detêm os direitos milenares aos recursos coletivos deixados pelos antepassados, mas está constantemente aberta à transformação e possível extinção.

Para compreendermos as implicações da definição adotada, começamos por explicar que um grupo local de moradores com direitos coletivos de uso e fruição não constitui necessariamente uma comunidade.

4 - Neste livro, usamos o termo florestas comunitárias para designar as florestas governadas comunitariamente.

5 - A FAO define a silvicultura comunitária como “qualquer situação que envolva intimamente as pessoas locais na atividade florestal. Engloba um espectro de situações desde parcelas florestadas para satisfazer as limitações locais em madeira e outros produtos florestais, através do crescimento de árvores para fornecer culturas comerciais e o processamento de produtos florestais a nível doméstico, artesão ou pequenas indústrias para gerar rendimentos, até as atividades de comunidades extrativas” (tradução dos autores). Definição original disponível em <http://www.fao.org/docrep/u5610e/u5610e04.htm>

Pode, por razões diversas, ter perdido as práticas sociais e o sentido de propósito comum que está na base dos valores que definem os seus membros e que orientam as ações coletivas. Simultaneamente, um grupo de pessoas que desenvolvam vínculos fortes entre si e com a floresta, como por exemplo um grupo de trabalhadores assalariados ao fim de conviverem durante muitos anos, também não pode ser considerado uma comunidade, pois a governação da floresta está fora do seu controlo. Sem a existência de uma comunidade, é impossível resolver os conflitos entre visões e interesses pessoais com recurso ao interesse comum. A gestão das florestas pode facilmente ficar refém de elites locais e de redes clientelistas, aprisionada por interesses pessoais e sem perspectivas de longo prazo para os recursos comuns. Para que um conjunto de pessoas desenvolva um propósito comum, precisam de conviver, de partilhar espaços e práticas em ambientes não pressurizados que possam, ao longo do tempo, dar lugar a relações autênticas, singulares e constitutivas da sua forma de ser. Além da interação continuada entre os seres humanos, as espécies e os elementos naturais que fazem parte de um lugar, é crucial que as pessoas sejam socializadas em alguma tradição coletiva. Por tradição coletiva entendemos um reservatório dinâmico de recursos acumulados ao longo de gerações humanas que tornam possível a comunicação entre os indivíduos e a definição de noções comuns de bem, que evoluem com os contributos dos novos membros. Sem tradições, os seres humanos teriam de começar do zero em cada geração.

A questão que se coloca é: podem as florestas comunitárias contribuir para a formação de comunidades? Acreditamos que sim, quando existem condições favoráveis à sua emergência. No entanto, o contexto atual é altamente desfavorável à constituição de comunidades de base local. As tradições comunitárias foram gravemente erodidas ao longo dos séculos e as populações locais dispõem de poucos recursos e escassa força moral para orientar propósitos comuns e a resolução de conflitos internos. Simultaneamente, para as comunidades reemergirem como uma força social têm também de enfrentar os poderes dominantes que procuram sistematicamente apropriar-se dos bens comuns para os seus próprios fins, explorar os conflitos internos e destruir os espaços comuns, onde as pessoas se podem encontrar e conviver. Como dizia Paulo Freire (1984): “Seria uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceber as injustiças sociais de maneira crítica.” Por isso, a defesa dos bens comuns adquire um carácter de luta quotidiana associada à construção coletiva de algo que vale a pena de ser defendido.

DESAFIOS DAS FLORESTAS COMUNITÁRIAS EM PORTUGAL

Definir o conceito de baldio é um pouco difícil não pegando naquilo que (...) está escrito na lei. É algo que tem de se sentir. Além de pertencermos à aldeia a quem pertence aquele baldio (...) temos de sentir que aquilo também é nosso. E quando algo é nosso, nós temos de cuidar dele.

Eugénia Rodrigues, Baldios de Vilarinho

En todas as mans, 2015

Em Portugal, os territórios comunitários chamam-se baldios. No total, ocupam uma área de cerca de meio milhão de hectares e localizam-se principalmente nas serras (figura 3). Em 2013, estavam registadas no Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) 1441 unidades de baldios, que se concentram nas regiões do norte e centro do país. Suportam diversas atividades económicas num valor agregado de 70 milhões de euros (CNVTC, 2010), e a floresta é, com grande destaque, o recurso que mais contribui para a manutenção das comunidades locais.



Figura 3 - Distribuição dos baldios submetidos ao regime florestal em Portugal Continental. (Adaptado de BALADI – Federação Nacional dos Baldios, disponível online em http://www.baladi.pt/sitio/images/mapa_baldios.pdf). A localização dos Baldios de Vilarinho está indicada no mapa.

A florestação dos baldios foi levada a cabo, principalmente, durante os anos 30 e 40 do séc. XX pelo Estado Novo, muitas vezes de forma violenta e com graves consequências sociais, tal como ilustra o romance “Quando os Lobos Uivam” de Aquilino Ribeiro (publicado pela primeira vez em 1958). Os acontecimentos relatados nesta obra de referência incontornável inserem-se numa longa série de transformações sociais e económicas levadas a cabo para retirar os direitos milenares de uso e fruição das serras por parte dos seus povos, para as colocar nas mãos dos administradores do Estado e dos moradores mais ricos, considerados mais capazes de governar o território (Brouwer, 1995; Nunes & Feijó, 1990). Ao invés de as florestas gerarem benefícios locais, as populações ficam mais empobrecidas por perderem acesso aos bens essenciais à sua existência coletiva, principalmente matos, lenha e pastos. Naquela obra, Aquilino Ribeiro confronta os argumentos dos silvicultores em prol da florestação com as perdas sofridas pelas populações locais no diálogo entre o Engenheiro Streit e o advogado dos povos serranos, Doutor Rigoberto:

Engenheiro Streit “- O problema eu o torno a formular: existe neste concelho uma vasta zona, coisa de dez a quinze mil hectares (...), chamada a serra dos Milhafres. Na periferia estão enquistadas com as suas folhas uma dezena de aldeias, que lhe são, por um terço mais ou menos, feudatárias em estrumes, chamiça ou lenha de queimar e em pastagens. O Estado diz a estas aldeias: tomo-lhes conta duma porção, cinquenta a setenta por cento, suponhamos. Onde hoje cresce apenas uma rabugem vegetal, a que as ovelhas vêm ripar os rebentos e que obriga o roçador a gastar um dia para agenciar uma carrada, dentro de quinze anos têm caruma à farta, a alimpadura e desbaste dos bastios, e todo o matizço que medra à sombra. A essa altura os rebanhos podem voltar a pastar pelas chapadas e devesas. O maçico será ainda cortado por estradas onde podem transitar os automóveis, e as aldeias, até agora ligadas por longos e tortuosos caminhos de difícil trilha, ficam a dois passos umas das outras. Com o revestimento vegetal dos oiteiros, beneficia o regime hidráulico da região. Minas e fontes de superfície adquirem mais constância no seu fluxo, e os rios e corgos inundarão menos os campos e é possível que não arrastem mais as terras. Não se fala nas vantagens de ordem sanitária e climática que resultam daí. São intuitivas.

Plano Nacional de Valorização dos Territórios Comunitários

► <http://www.icnf.pt/portal/florestas/gf/baldios/CNVTC>

Por outro lado, dentro de vinte, trinta anos, a região, que é pobre, com o trabalho do pinhal, derrubadas, serrações, gemagem, transportes e alimpas, terá aqui uma fonte apreciável de receitas e ocupação certa de muitos braços.” (p. 39-40)



Doutor Rigoberto “- Eu entendo que todo esse maná que vai chover sobre as aldeias (...) não corresponde ao prejuízo que sofrem. Temem elas, antes de mais nada, que à força de regulamentos, posturas, acabem por ficar desaposadas do que hoje é absolutamente seu. Há tiranete mais despótico nestes tempos que um guarda, um regedor, o simples polícia dum jardim?! (...) Por agora as aldeias é que são as donas absolutas da serra; elas é que mandam, põem e dispõem. (...) O lavrador chega e ninguém o coíbe de encher o carro; escolhe campo o que mais madruga; o mais operoso; o mais apto. É um prémio ao esforço; os gados pastam à rédea solta sem coureiro que os acoime. Em algumas destas aldeias diz-se: Nasce um cordeiro, nasce o pastor que o há-de guardar,

tanto a serra é o providencial e oportuno redil. Tirando-lhes a serra, que lhes dá o Estado em compensação? Dá-lhes, se der, daqui a dez, quinze anos, lenha; caruma; estacas para feijoeiros e para foguetes; areis impregnados de essências vegetais, quando até agora são de oxigénio puro e ozono dos altos; e sombras, oferece-lhes muito boas sombras. Oferece-lhes também belas paisagens. Que é isto para eles? Pois não são o seu elemento? Pode oferecer-se o céu como prémio ao pássaro, ou a água ao peixe? Nos próximos dez a quinze anos, os moradores terão de andar com a cabra e a ovelha à corda, porque, se caem em deixá-las fugir para o bastio, multa te valha. Levem-nas para os lameiros... Quem os tem suficientes para pasto de bovinos e gado miúdo? Daqui a vinte anos termina a quarentena. É a vida duma geração. (...) Este longo período equivale a sete vezes sete anos das vacas magras. Improporcional. Entretanto, onde hão-de ir os serranos buscar a chamiça para se aquecerem e mato com que lastrem os estábulos?...” (p.41-42)

Além das perdas materiais, Aquilino Ribeiro destaca também as consequências trágicas da florestação para o sentido de identidade e pertença dos habitantes locais:

Doutor Rigoberto “Arborizem a serra e fiquem certos que vão bulir perigosamente com o ethos do serrano. (...) Reparem que a serra é serra, não selva. A alma do habitante gerou-se desses oiteiros petrificados e corgos cheios de saltos. (...) Os penhascos são a âncora do seu próprio sentimento. (...) tirem-lhe a serra e onde só havia rocha, espanto, miragem plantem o arvoredo, e terão feito outro homem. Evidentemente que pior. Ouço dizer que a máquina humana tem milhares de anos. Terá. Pois desmontá-la, convertê-la noutra, é tarefa perigosa.” (p. 41-46)

No romance “Quando os lobos uivam”, a florestação das serras tem um desfecho trágico para as populações locais que acabam, vingativamente, por destruir a obra dos silvicultores, pegando-lhe fogo. No entanto, o autor deixa em aberto outros caminhos, nos quais as populações locais poderiam beneficiar das florestas. Para que tal acontecesse, seria necessário um

Informações adicionais sobre a vida e a obra de Aquilino Ribeiro:

Biografia do autor

► <http://cvc.instituto-camoes.pt/seculo-xx/aquilino-ribeiro-39117.html#.Vk2pR7-0f9o>

Fundação Aquilino Ribeiro

► <https://www.facebook.com/FundacaoAquilinoRibeiro>

Relatório da Censura ao livro “Quando os lobos uivam”

► <http://quandooslobosuivam.blogs.sapo.pt/34818.html>

Estado que estivesse genuinamente comprometido com a melhoria das condições de vida das aldeias serranas e que respeitasse os seus direitos ancestrais.

Aquilino Ribeiro foi um escritor e ativista que lutou durante toda a sua vida contra a tirania de regimes autoritários. Por diversas vezes, o seu posicionamento político levou-o à cadeia (Martins, 2015). A obra “Quando os lobos uivam” foi censurada e, no relatório de censura, afirmava o censor: “é, talvez, a obra de maior ataque político que ultimamente tenho lido”. O censor estava certo, pois o romance perdurou no tempo e tornou-se num dos maiores símbolos da luta dos povos pela dignidade, liberdade e igualdade.

No dia 25 de Abril de 1974 dá-se a Revolução dos Cravos em Portugal e a ditadura do Estado Novo chega oficialmente ao fim. Inicia-se uma revolução social na qual as reivindicações dos povos serranos encontram eco. Na Constituição da República de 1976, os direitos das populações locais aos baldios são finalmente reconhecidos (figura 5 - 1). Com o Decreto-Lei nº 39/76, os moradores adquirem pela primeira vez o direito a administrar os baldios. Os baldios são declarados pertença da comunidade de moradores, doravante designados por compartes (figura 5 - 2), e o órgão máximo de administração é a assembleia de compartes (figura 5 - 3), na qual podem participar todos os moradores, independentemente do sexo, classe, lugar de nascimento ou crença religiosa, assim que possam exercer o direito de voto.

Dezoito anos depois de “Quando os lobos uivam”, abriu-se finalmente o caminho para que as florestas dos territórios comunitários beneficiem as populações locais. Mas com a florestação das serras, o que aconteceu ao serrano? Chegou a tornar-se num “homem de arvoredo”? Os baldios submetidos ao regime florestal foram reclamados desde 1976 em diante por elementos da população serrana que guardavam viva a memória da usurpação das terras comuns e a sua importância para a vida coletiva. No entanto, as “selvas plantadas a cordel” (Ribeiro, 1958, p.87) continuavam a ser estranhas à sua natureza. As florestas estavam sob o domínio dos silvicultores e das populações locais, que não tinham sido socializadas no sentido de as cuidarem devidamente.

O Estado permitiu às populações locais escolher entre dois modelos de gestão: a) cogestão com o Estado e b) gestão exclusiva pelos compartes. De acordo com o novo modelo de cogestão, a administração das florestas continuava nas mãos do Estado e a administração dos rendimentos atribuídos às populações era feita diretamente pelos compartes, ao invés de ser feita pelo governo local. A maioria dos povos optou pelo regime de cogestão (figura 4), pois apesar de abdicarem do controlo do território, adquiriam maior controlo sob a distribuição dos rendimentos em prol do interesse

local, tipicamente a reparação de calçadas, cemitérios, fontanários e águas afetas ao uso público, etc.

Regime de gestão	Nº de unidades de baldio	% do total
Cogestão com o Estado	861	60
Gestão exclusivamente pelos compartes	246	17
Delegação de competências nas Juntas de Freguesia	334	23
Total	1441	100

Figura 4 - Regimes de gestão dos baldios (Dados fornecidos pelo ICNF em 2013)

A devolução dos baldios aos povos deu-se na sequência do processo revolucionário e no contexto da Reforma Agrária (figura 5 - 4). De acordo com os ideais de Abril, o Estado deveria capacitar as populações para administrarem as suas terras, fornecendo-lhes apoio técnico, jurídico e fiscal para esse efeito. No entanto, esta capacitação nunca veio a acontecer, e os baldios não foram alvo de programas de desenvolvimento. Em muitos lugares, as florestas continuaram sob administração dos serviços florestais, herdeiros do tempo em que “o engenheiro silvicultor reinava em toda a extensão como em domínio feudal” (Ribeiro, 1958, p. 232), mas no contexto formal de uma democracia de modelo europeu. Nas próximas décadas, tanto os povos como os silvicultores veriam o seu mundo ser dominado pela lógica financeira. O controlo do território seria colocado nas mãos de agentes privados, o Estado submetido à dependência da dívida e os povos submetidos à austeridade.

Muitos baldios, à semelhança de proprietários privados, concessionaram a exploração dos seus recursos naturais a empresas produtoras de papel e pasta de eucalipto, pedra e minérios ou energia eólica. Em muitos lugares, os compartes delegaram a administração dos rendimentos em prol do interesse comum nas autarquias locais (figura 4). Os engenheiros florestais ao serviço do Estado perderam progressivamente propósito e poder, tornando-se incapazes de fazer frente aos incêndios, à degradação dos caminhos e à proliferação de doenças e espécies invasoras.

Muitas populações tiveram experiências desastrosas com as concessões privadas, com os serviços florestais e com a usurpação de recursos por parte das autarquias locais. Sofreram os impactos ambientais e estéticos da in-cúria e sobre-exploração dos recursos, a desvirtuação da política e alimentaram economias que não contribuíram para o desenvolvimento local.

No entanto, quando os compartes pretendem reverter a situação de degradação ambiental, económica e moral dos bens comuns deparam-se com inúmeros obstáculos. O primeiro obstáculo é mobilizar os compartes para assumir a responsabilidade coletiva de governar os baldios em prol do interesse comum. Para tal, têm de enfrentar e ultrapassar conflitos com os moradores que se tenham apropriado indevidamente de bens comuns, bem como conflitos de visões sobre o propósito dos territórios comunitários, entre outros. Quando as tradições de uso e fruição dos baldios são descontinuidas, esta tarefa é ainda mais gigantesca, pois os compartes não podem recorrer a noções mais ou menos estáveis de bem comum. Os compartes têm ainda de dispor de tempo para se dedicarem a atividades não remuneradas, como é o caso dos cargos de administração dos baldios, cuja única motivação moralmente aceitável é o espírito de sacrifício e o prazer de contribuir para o bem da comunidade do lugar do qual fazem parte. Mas onde vão os moradores buscar forças para enfrentar os poderes instalados, defender o território e construir lugares melhores, quando o seu modo de vida, na maior parte dos casos, já não depende da serra? Relembramos a advertência de Aquilino Ribeiro:

Doutor Rigoberto *“Os senhores propõem-se cobrir os penhascos de arvoredo, remover o cascalhos dos oiteiros, atulhar as ravinas e os barrancos. Vão destruir o retrato da família. Aquilo é o retrato da família serrana. A sua fisionomia vem-lhe dali. E que mal? – estou a ouvir dizer ali ao senhor Streit. – O mal é que o serrano nunca mais sabe quem é. Fica desgarrado. Passa a andar a monte. A ser alma penada.”* (p. 46)

As forças necessárias ao restabelecimento das comunidades são as mesmas que motivam as pessoas a reparar a sua alma e a satisfazer a vontade de viver uma vida íntegra. Muitos serranos encontram força na sua insatisfação com o modo de vida urbano, que de alguma forma os levou a “moderar os instintos da sua braveza” e a deixarem de ser “bárbaros sem trela” (Ribeiro, 1958, p.87). Duas gerações depois da florestação dos baldios, os serranos podem não se ter tornado homens e mulheres de arvoredo, mas cresceram com árvores, respiraram os “ares impregnados de essências vegetais” e aprenderam a tomar-lhes o gosto. As florestas comunitárias não permitiram aos serranos viver diretamente delas, mas permitiu-lhes conviver com elas.

Ao contrário dos castanheiros e oliveiras, que os compartes plantaram no passado, estas não são fonte de alimento. No entanto, sustentam múltiplas formas de vida. Nas terras comuns, as florestas têm grande potencial para a multifuncionalidade, para sustentar empregos locais qualificados, para financiar fins sociais, aliviando as populações das consequências locais da austeridade, e para dotar as populações de um espaço onde podem conversar com os seres que habitam os novos imaginários dos povos serranos. Estes aprenderam a reconhecer nas árvores irmãos na opressão e observaram, de forma não indiferente, o abandono a que foram sujeitas pelos serviços florestais e a forma como são tolhidas e maltratadas por aqueles que querem reduzir o seu valor a dinheiro, transformando-as em estilha, biomassa ou papel. Mas faltavam, ainda, os meios para poderem reclamar para si o cuidado da floresta.



Ao virar do milénio, a vergonha sentida pelo Estado face à sua incapacidade para controlar os incêndios e defender as populações forçou-o, pela primeira vez, a colaborar com as entidades detentoras ou gestoras de espaços florestais, incluindo os baldios. O programa de sapadores florestais foi criado para formar e cofinanciar equipas de 5 elementos, especializadas na silvicultura preventiva e na defesa da floresta. O apoio atribuído pelo Estado é correspondente a 6 meses de trabalhos de serviço público relacionados com ações de vigilância, apoio ao combate a incêndios e gestão estratégica de combustíveis nas redes e mosaicos de defesa da floresta contra incêndios.



A atividade da equipa de sapadores, nos restantes seis meses, na sua área de intervenção, é da responsabilidade das próprias entidades. Assim, pela primeira vez, reconheceu-se aos baldios um papel ativo na gestão florestal ao nível local, a par de outras entidades públicas e privadas. O contacto dos administradores dos baldios com a prática da gestão florestal através do programa de sapadores florestais e a possibilidade de criar emprego especializado para trabalhadores florestais, durante todo o ano, abriu inadvertidamente o caminho para a gestão florestal comunitária. Quando os compartes se conseguem mobilizar coletivamente e adquirir as competências humanas, técnicas e financeiras para assumir a responsabilidade e a prática da gestão florestal, podem dar o passo seguinte, ganhando o controlo sobre a floresta e terminando o regime de cogestão com o Estado. No entanto, as lutas e preconceitos do passado, longe de se terem tornado obsoletas, enquistaram-se nos locais onde o contexto dominante lhes permitiu subsistir até hoje.

Tal como no passado, advogados como o Doutor Rigoberto são cruciais nos dias de hoje para enfrentar as tentativas levadas a cabo pelo Estado para bloquear efetivamente o processo de devolução das florestas às comunidades. O contexto legal foi favorecendo progressivamente a administração efetiva do território por empresas concessionárias e autarquias locais em detrimento da governação comunitária. A indefinição da natureza jurídica dos baldios é usada frequentemente como argumento para os excluir de programas e políticas de desenvolvimento local. A lei dos baldios 72/2014 propõe extinguir todos os baldios que não tenham aproveitamento no es-

paço de 15 anos integrando-os no domínio privado das freguesias, forçando-os a concessionar os territórios comunitários para os puderem conservar. Simultaneamente, a lei coloca um custo adicional no esforço, já de si gigantesco, dos compartes que pretendem reclamar para si a gestão exclusiva da floresta: impõe-lhes pagar ao Estado para reaver o território, com o argumento dos benefícios realizados. Apesar das dificuldades apresentadas, 17% dos baldios encontram-se sob gestão exclusiva dos compartes (figura 4). Aqueles que conseguiram mobilizar-se, capacitar-se e fazer frente a um contexto legal cada vez mais desfavorável, têm agora de enfrentar um último desafio: educar as gerações vindouras na defesa dos bens comuns.

Aquilino Ribeiro, escritor e formador de léxico e de carácter, escreveu também diversas obras para crianças, dedicadas aos seus filhos e à sua neta. Deixou-nos um mundo de palavras, de histórias e de bichos, e deles nos apropriamos para que as gerações futuras lhes possam tomar o gosto, mantendo-se parte integral da nossa memória coletiva, da nossa cultura e do nosso modo de ser.

DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS PARA A CIDADANIA COMUNITÁRIA

Acredito que a única educação verdadeira se consegue pela estimulação dos poderes da criança através das exigências das situações sociais nas quais se encontra. Através destas exigências a criança é estimulada a agir como um membro duma unidade, a emergir das suas acções e sentimentos originalmente limitados e a conceber-se a ela própria a partir da perspectiva do bem-estar do grupo a que pertence.

John Dewey, *My pedagogical creed*, 1897

A governação das florestas comunitárias está intimamente ligada aos propósitos de gestão sustentável das florestas e à participação democrática nas tomadas de decisão locais. Dada a importância dos bens comuns para a constituição das comunidades humanas e dos valores que as definem, pesquisámos materiais pedagógicos relacionados com a educação de crianças para a sua governação e também recursos adicionais de educação ambiental e educação para a cidadania. Foi com alguma surpresa que nos deparamos com a escassez, a nível internacional, de materiais pedagógicos relacionados com a governação de bens comuns. Em Portugal, encontramos um único recurso educativo sobre a história e utilização dos baldios: “Uma breve história dos Baldios e sua floresta”, da autoria de Manuel Rodrigues (2008), publicado pela BALADI – Federação Nacional dos Baldios.

Nos países europeus de tradição democrática, a educação para a cidadania centrou-se, durante muitos anos, no ensino formal do sistema político de democracia representativa e das suas instituições. Neste sistema, o papel destinado aos cidadãos consiste na delegação passiva dos poderes nos governantes através do voto, a confiança na ciência e a obediência à lei. No entanto, a democracia representativa enfrenta hoje uma crise de legitimidade, sem precedentes no mundo moderno. O falhanço dos governantes em fazerem frente, ao longo das últimas décadas, aos principais problemas ambientais, económicos e sociais tem conduzido a um descrédito generalizado em relação ao sistema político e ao aparecimento da “geração milénio” de jovens sem interesse na política partidária, sem expectativas em relação à ação dos governos e descrê que o voto faça qualquer diferença.

“Uma breve história dos Baldios e sua floresta”

► http://www.baladi.pt/sitio/images/Associadas/BALADI/Livros/BD_Baldios.pdf

Para fazer frente aos problemas da sociedade moderna, é necessária uma cidadania ativa, e para tal, é necessária uma nova educação para a cidadania que prepare os jovens para participar ativamente nas suas comunidades (Gollob, et al. 2010).

A resposta do Conselho da Europa⁶ a estes problemas foi o projeto designado Educação para a Cidadania Democrática e os Direitos Humanos (ECD/EDH). Como resultado deste projeto, o Conselho da Europa redigiu em 2010 a Carta sobre a ECD/EDH que foi adotada por 47 países membros, entre os quais Portugal. A Carta assenta no primado de que a democracia é, mais do que um sistema político, um modo de existência partilhada, com raízes na vida comunitária e nas relações de vizinhança.

⁶ - O Conselho da Europa foi fundado após a Segunda Guerra Mundial em 1949. É a instituição europeia mais antiga em funcionamento cujo propósito é a defesa dos direitos humanos, o desenvolvimento democrático e a estabilidade político-social na Europa. O seu papel foi progressivamente esvaziado de significado com a implantação do regime neoliberal que impera na Europa à escrita deste livro. Este regime converte os direitos humanos em expetativas que só podem ser satisfeitas quando existem excedentes económicos para sustentar a sua realização e coloca a democracia refém de processos eleitorais propagandísticos que visam o controlo social (García-Barrios, 2012). Sem disporem dos poderes para obrigar ao cumprimento dos direitos económicos, sociais e culturais dos povos, as instituições oficiais baseadas na Declaração Universal dos Direitos Humanos estão condenadas a respostas fracas e contraditórias que ocultam o desvio de poder por uma minoria económica privilegiada. Em vários lugares do mundo estão a emergir Tribunais Ético-Populares como parte de respostas cidadãos para expor, julgar e condenar o incumprimento dos direitos humanos. No contexto deste livro, entendemos que os propósitos do Conselho da Europa funcionam como uma memória histórica dos valores que a sociedade liberal preza defender e que devem estar na base na preparação dos jovens para o difícil exercício de cidadania.



Para tal, a democracia não pode ser ensinada, tem de ser vivenciada. Só através da experiência é que os cidadãos poderão adquirir as capacidades necessárias ao seu exercício e só através da prática poderão ser interiorizadas as virtudes deste sistema, e desenvolvido o apreço por um modo de vida que valha a pena ser defendido⁷.

A redução e encerramento de espaços comuns onde os membros mais jovens da nossa sociedade podem praticar a democracia levou a que os programas de educação para a cidadania se concentrassem na própria comunidade escolar, tal como propõem as Linhas Orientadoras da Educação para a Cidadania definidas pela Direção Geral de Educação.

Por esta razão, a abordagem dominante de problemas coletivos dos cidadãos, como por exemplo os problemas ambientais, passou a estar centrada na modificação de comportamentos individuais relacionados com as

7 - A Carta define que “a educação para a cidadania democrática engloba a educação, a formação, a sensibilização, a informação, as práticas e as atividades que visam, através da aquisição pelos aprendentes de conhecimentos e competências, da compreensão e do desenvolvimento das suas atitudes e dos seus comportamentos, capacitá-los para o exercício e a defesa dos direitos e deveres democráticos, para a valorização da diversidade e para o desempenho de um papel ativo na vida democrática, a fim de promover e proteger a democracia e o primado do direito.”

práticas de consumo e de atuação responsável em espaços públicos. Mais concretamente, e no que diz respeito às florestas, as ações de sensibilização pretendem induzir nos jovens comportamentos responsáveis, relacionados principalmente com a prevenção de incêndios florestais oferecendo, no entanto, poucas oportunidades de experimentar a vida em comum e a democracia.

Consideramos que as florestas comunitárias dos baldios são um espaço ímpar para conduzir atividades de educação para a cidadania democrática na temática ambiental. São uma forma de propriedade reconhecida pela Constituição da República Portuguesa (figura 5 - 5), e fazem parte do nosso património ambiental e cultural.

Carta sobre a Educação para a Cidadania Democrática e a Educação para os Direitos Humanos

► <http://www.dge.mec.pt/carta-do-conselho-da-europa-sobre-educacao-para-cidadania-democratica-e-para-os-direitos-humanos>

Linhas Orientadoras da Educação para a Cidadania (Direção Geral de Educação):

► <http://www.dge.mec.pt/educacao-para-a-cidadania/documentos-de-referencia>

Os baldios são um espaço privilegiado que permitem a aprendizagem de temas complexos a partir do lugar onde vivem as crianças, tendo em conta o seu contexto familiar e a história do território que habitam, sem desligar a educação ambiental da democracia. Quando governados democraticamente, os baldios oferecem aos cidadãos a possibilidade rara de participar na vida comunitária e de gerir os seus recursos ao nível local.

A governação das florestas comunitárias dos baldios permite o estabelecimento de parcerias a nível local com outras instituições interessadas na educação para a cidadania, em articulação com instituições de investigação e ensino. Neste livro, partilhamos as reflexões e análises que resultaram da preparação, implementação e avaliação da 1.ª Escola de Verão dos Mini-Compartes de Vilarinho, Lousã.

Figura 5 - Algumas notas sobre os baldios na lei Portuguesa

1 - Na Constituição da República Portuguesa de 2 de Abril de 1976, pode ler-se no artigo 89.º “Na fase de transição para o socialismo, haverá três setores de propriedade dos meios de produção, dos solos e dos recursos naturais, definidos em função da sua titularidade e do modo social de gestão. O setor público é constituído pelos bens e unidades de produção coletivizados sob os seguintes modos sociais de gestão:

- a) Bens e unidades de produção geridos pelo Estado e por outras pessoas coletivas públicas;
- b) Bens e unidades de produção com posse útil e gestão dos coletivos de trabalhadores;
- c) Bens comunitários com posse útil e gestão das comunidades locais. (realce dos autores)

2 - No Decreto-Lei 39/76, artigo 4º pode ler-se “São compartes dos terrenos baldios os moradores que exerçam a sua atividade no local e que, segundo os usos e costumes reconhecidos pela comunidade, tenham direito à sua fruição”. De acordo com o artigo 1º da lei nº 72/2014 em vigor, “São compartes todos os cidadãos eleitores, inscritos e residentes nas comunidades locais onde se situam os respetivos terrenos baldios ou que aí desenvolvem uma atividade agroflorestal ou silvopastoril. São ainda compartes os menores emancipados que sejam residentes nas comunidades locais onde se situam os respetivos terrenos baldios.”

3 - De acordo com o artigo 11º da lei nº 72/2014 em vigor, “Os baldios são administrados, por direito próprio, pelos respetivos compartes, nos termos dos usos e costumes locais, através de órgãos democraticamente eleitos. As comunidades locais organizam-se, para o exercício dos atos de representação, disposição, gestão e fiscalização relativos aos correspondentes baldios, através de uma assembleia de compartes, um conselho diretivo e uma comissão de fiscalização.”

4 - A intenção de incluir no Programa da Reforma Agrária a restituição dos baldios aos seus utentes é expressa no decreto-lei 203-C/75 de 15 de Abril e no decreto-lei 39/76 de 19/1/1976.

5 - Na VII Revisão Constitucional da Constituição da República Portuguesa de 2005, em vigor à data de escrita deste livro, pode ler-se no artigo 82.º (Setores de propriedade dos meios de produção)

1. É garantida a coexistência de três sectores de propriedade dos meios de produção.
2. O sector público é constituído pelos meios de produção cujas propriedade e gestão pertencem ao Estado ou a outras entidades públicas.
3. O sector privado é constituído pelos meios de produção cuja propriedade ou gestão pertence a pessoas singulares ou coletivas privadas, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
4. O sector cooperativo e social compreende especificamente:
 - a) Os meios de produção possuídos e geridos por cooperativas, em obediência aos princípios cooperativos, sem prejuízo das especificidades estabelecidas na lei para as cooperativas com participação pública, justificadas pela sua especial natureza;
 - b) Os meios de produção comunitários, possuídos e geridos por comunidades locais;
 - c) Os meios de produção objeto de exploração coletiva por trabalhadores;
 - d) Os meios de produção possuídos e geridos por pessoas coletivas, sem carácter lucrativo, que tenham como principal objetivo a solidariedade social, designadamente entidades de natureza mutualista. (realce dos autores)

Modelo Pedagógico

Escolas de Verão para as florestas comunitárias



Quem ensina aprende ao ensinar. E quem aprende ensina ao aprender.

Paulo Freire, *Pedagogia da Autonomia*, 1996

ABORDAGEM PEDAGÓGICA

O objetivo pedagógico das Escolas de Verão é proporcionar experiências educativas de qualidade para que as crianças aprendam os desafios da governação comunitária das florestas a partir do seu contexto local e familiar. Para alcançar este objetivo, desenvolvemos um conjunto de processos inovadores a fim de elaborar, implementar e avaliar um programa de atividades e desenvolver um modelo pedagógico (figura 6) que, em conjunto, definam as Escolas de Verão para as florestas comunitárias.

A definição da abordagem metodológica proposta assenta nos seguintes pressupostos:

1 - As Escolas de Verão emergem dos contextos locais, e as motivações dos participantes na sua criação e implementação da Escola estão associadas à realidade social na qual se inserem, pelo que se adotou, desde o início, uma perspetiva interdisciplinar para abordar os temas que integram os conteúdos programáticos da Escola.

2 - Os conteúdos programáticos resultam de uma co-construção ativa e dinâmica com os parceiros, na fase de planeamento, implementação, disseminação e avaliação.

3 - O planeamento das atividades deve ser participativo e adaptativo, sendo revisto e corrigido no final de cada dia, tendo em conta os ritmos de aprendizagem e o interesse das crianças, por forma a permitir verdadeiramente a sua participação ativa na Escola de Verão.

4 - O modelo pedagógico desenvolvido assenta fortemente no estabelecimento de parcerias com agentes locais, que são indispensáveis para o diagnóstico do contexto local e para a implementação das atividades. O objetivo é criar um ambiente onde os adultos também tenham “licença para aprender” de maneira informal, juntamente com as crianças, elementos da sua própria realidade local, instituições e estruturas de governação que podem desconhecer.

As Escolas de Verão estão pensadas para ocorrer no período de férias, quando as crianças não têm trabalhos escolares. O programa é intensivo e decorre ao longo de duas semanas, mas pretende-se que decorra num ambiente informal e de forma lúdica. Deve ter-se o cuidado de alternar as atividades realizadas em sala com as atividades ao ar livre, adequando-as a um período de férias e de quebra de rotina em relação aos métodos de aprendizagem formais. É fundamental que a comunicação com as famílias das crianças participantes na Escola de Verão ocorra desde o início, pois facilita a vinculação dos temas abordados na Escola ao contexto familiar e social das crianças.

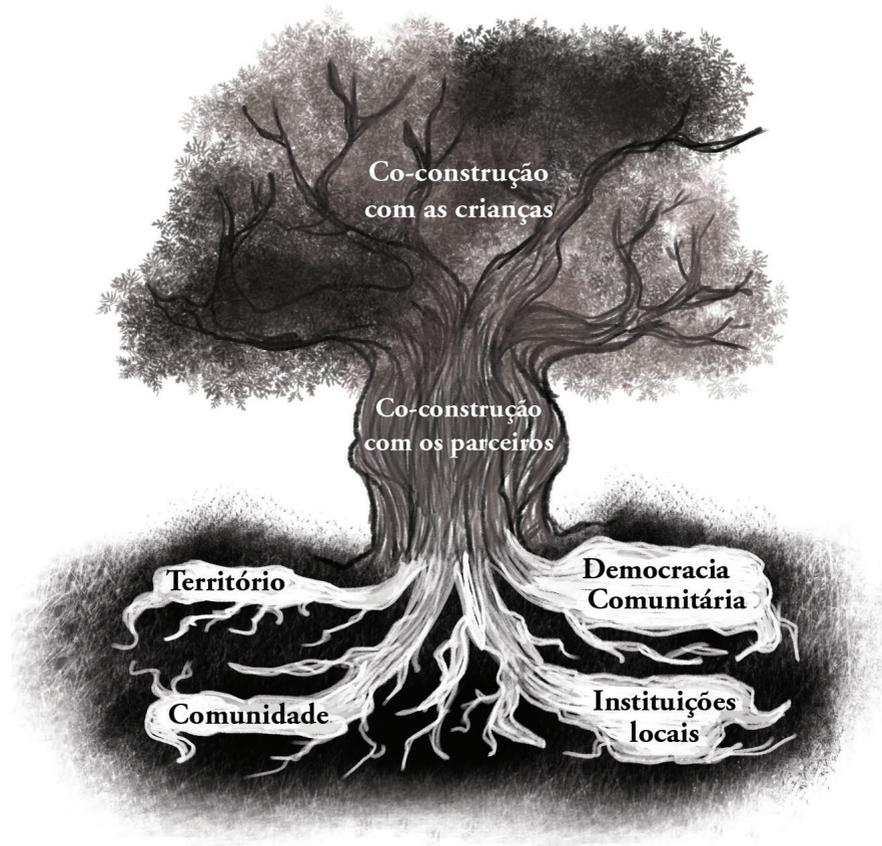


Figura 6 – Modelo pedagógico segundo a abordagem seguida para a Escola de Verão sobre governação comunitária de florestas.

PONTOS DE PARTIDA PARA O DIAGNÓSTICO DAS FLORESTAS COMUNITÁRIAS

Como foi indicado no primeiro pressuposto metodológico deste trabalho, as Escolas de Verão emergem dos contextos locais. Assim, o diagnóstico do contexto local da governação comunitária é um passo preliminar para a construção do programa de atividades que terão lugar nas Escolas de Verão. A partir da investigação realizada no projeto SCRAM e da definição de governação comunitária de florestas que apresentamos na página 18, indicamos 4 pontos de partida fundamentais para a elaboração do diagnóstico local das florestas comunitárias: 1) recursos e usos do território; 2) comunidade local; 3) instituições locais de governação; 4) democracia comunitária. Estes pontos de partida são simultaneamente a base do diagnóstico e das atividades a realizar. Rapidamente estes pontos de partida se intercetam, mas, de acordo com a nossa experiência, são uma heurística poderosa para não perder de vista os aspetos principais da governação comunitária de florestas.

RECURSOS E USOS DO TERRITÓRIO

De acordo com o Plano Nacional de Valorização dos Territórios Comunitários (CNVTC, 2010), os baldios têm áreas muito variadas, com uma média de 423 hectares. No entanto, trata-se de estimativas, pois não existe um censo exato nem registo dos terrenos comunitários, devido à falta de confiança histórica entre o Estado e as comunidades locais. Sempre que o Estado procurou fazer inventários das áreas baldias, foi com a intenção de desapossar as comunidades locais desses recursos.

Independentemente de existirem ou não mapas com os limites dos baldios, as populações locais sabem onde estes se situam. No entanto, o conhecimento preciso dos limites pode ser necessário para resolver disputas legais entre partes, o Estado e os proprietários particulares, e nesse caso, a área do baldio fica determinada por decisão do Tribunal. A nova lei dos baldios (Lei n.º 72/2014) altera esta situação, sujeitando os baldios à inscrição matricial (artigo 2.º -B).

Lei n.º 72/2014, de 2 de setembro. D.R. n.º 168, Série I

► <http://www.icnf.pt/portal/icnf/legisl/legislacao/2014/lei-n-o-72-2014-de-2-de-setembro-d-r-n-o-168-serie-i>

As florestas são uma forma particular de uso das terras comuns que pode, no entanto, coexistir com outras. Além da floresta, os principais usos dos terrenos baldios são a pastorícia, apicultura, exploração de pedra e a energia eólica. Exceto no caso das monoculturas florestais, como é o caso das plantações jovens de eucalipto em regime intensivo, as florestas podem albergar uma diversidade considerável de espécies e permitir múltiplos usos. O conhecimento da biodiversidade local e dos seus usos pode ser complementado com conhecimentos técnicos disponíveis por parte do Estado – serviços florestais – ou de profissionais que trabalhem nos baldios.

Os baldios podem incluir usos tão diversos como a gestão de águas e a aquicultura. Podem também acumular passivos ambientais dos quais tenham de recuperar, passivos esses motivados por incêndios recorrentes, pragas, espécies invasoras lenhosas, erosão de solo, entre outros problemas relacionados com má gestão no passado por parte do Estado, de comunidades locais ou empresas concessionárias.

COMUNIDADE LOCAL

De acordo com a definição de comunidade adotada no projeto SCRAM, além da determinação clara de quem possui os direitos históricos ou legais sobre os recursos do território, é essencial a existência de uma tradição que regule a gestão desses recursos, de acordo com um sentido de bem comum. Quanto à primeira parte da definição, a lei dos baldios reconhece o comparte como o detentor dos direitos legais sobre os terrenos comuns. No entanto, o conhecimento exato das unidades familiares que partilham os direitos sobre os recursos do território pode ser mais complexo, quer seja por dificuldade em realizar os censos, especialmente de acordo com a definição atual de comparte, quer por disputas relacionadas com o conceito de morador ou residente, como é o caso das pessoas que mantêm uma ligação afetiva com a terra e ali mantêm propriedades, apesar de viverem noutros lugares.

A segunda parte da definição supõe uma interação mais estreita com a população local, a fim de se conhecer as utilizações dos baldios que configuram formas de satisfazer necessidades e o sentido de bem comum. Para este propósito é crucial conhecer as utilizações que no passado foram vistas como formas de contribuir para o bem comum e para a satisfação das necessidades locais, pois é sob este legado que assenta a construção das noções atuais de bem comum que orientam a forma como os recursos devem ser governados.

INSTITUIÇÕES LOCAIS DE GOVERNAÇÃO

Os baldios podem ser administrados em cogestão com o Estado, geridos exclusivamente pelos compartes ou através da delegação de competências noutra(s) entidade(s), tipicamente a junta de freguesia (figura 4, página 25).

De acordo com a lei nº 72/2014, os baldios são administrados pelos compartes através de três órgãos democraticamente eleitos: assembleia de compartes, conselho diretivo e comissão fiscalizadora, com funções claramente estabelecidas.

A organização interna dos compartes nos baldios é distinta da organização da junta de reguesia, pois, ao contrário desta, a primeira permite a participação e votação direta de todos os compartes nas assembleias. Mesmo quando delegam os poderes de administração na junta, as assembleias de compartes deverão realizar-se de acordo com a periodicidade legalmente estabelecida.

A transferência de administração do baldio em regime de cogestão com o Estado exclusivamente para os compartes foi alterada pela nova lei dos baldios. Atualmente o Estado exige uma compensação que os compartes terão de pagar para reaverem os direitos a gerir em exclusividade o seu território.

DEMOCRACIA COMUNITÁRIA

Neste livro entendemos a democracia como um modo de existência em comum, com raízes na vida comunitária e nas relações de vizinhança. Mais do que um sistema político, a democracia é em si mesma uma prática social, e é através da prática democrática que os compartes podem participar na formação contínua de noções de bem comum, mantendo a tradição viva e aberta à evolução.

Apesar da prática da tomada de decisão coletiva poder ocorrer em todos os órgãos de governação dos baldios, o espaço institucional privilegiado para o exercício da democracia são as assembleias de compartes. A competência, periodicidade, função, convocatória e condução das assembleias está estabelecida na lei, e a participação nas assembleias rege-se por orientações formais a cumprir para pedir a palavra, interpelar a mesa e votar. É nas assembleias de compartes que se tomam as decisões estratégicas relacionadas com a governação dos recursos naturais e com os investimentos sociais para o bem comum da população local.

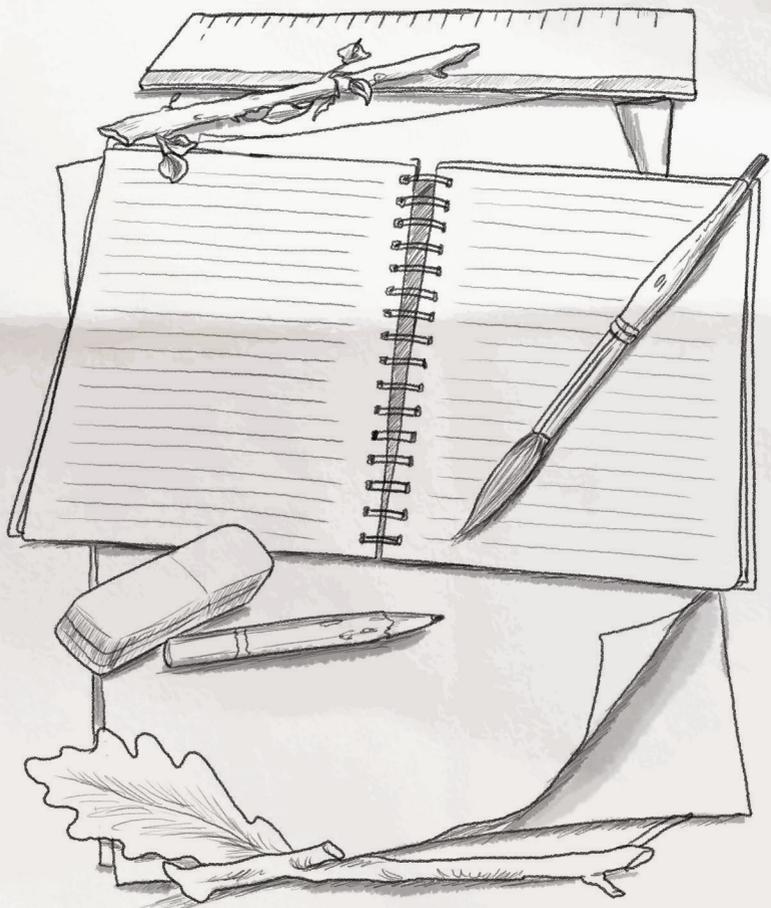
A assembleia de compartes é convocada pela mesa de assembleia ou diretamente pelos compartes e pronuncia-se em relação aos relatórios elaborados pelo conselho diretivo ou entidade administrativa. Além de aprovar ou reprová-los, os compartes podem apresentar e votar sugestões alternativas para modificar as decisões sugeridas pelo órgão administrador. As assembleias são também um espaço de partilha de informações, e nesse sentido podem ter a participação de técnicos especializados a convite do conselho diretivo, que apresentam pareceres sobre os aspetos técnicos essenciais para a tomada de decisões. Alguns dos profissionais que podem estar presentes nas assembleias são engenheiros florestais ou ambientais, advogados contactados para elaborar pareceres legais, contabilistas e técnicos oficiais de contas para a fiscalidade. Podem também ser escutadas partes interessadas na decisão, no caso de parcerias ou concessões com associações ou empresas privadas.

O escrutínio das propostas feitas pelo conselho diretivo ou entidade gestora e a qualidade das decisões finais pode ser fortemente enriquecida pelo conhecimento que os compartes têm das opções de governação, dos aspetos técnicos e das suas noções sobre o papel dos baldios para a satisfação das necessidades e do bem comum. No entanto, como qualquer processo de tomada de decisões coletiva, requer a sincronização de objetivos e de propostas distintas, que podem mesmo ser rivais.

As formas de aproveitamento dos recursos comuns implicam esforços diferenciados para o cuidado do território e distintas formas de apropriação de bens por parte de indivíduos e grupos sociais. Especialmente no caso das florestas comunitárias, o seu cuidado requer investimentos avultados e trabalhadores especializados capazes de planear a gestão a longo prazo, na perspetiva de beneficiar as gerações vindouras. Por isso, a governação das florestas comunitárias é uma área de estudo privilegiada para estudar os equilíbrios e as tensões possíveis entre as preocupações ambientais, a criação e manutenção de empregos qualificados e a satisfação de necessidades comuns dos compartes, a partir do aproveitamento e dos rendimentos gerados pelos recursos comuns. Para estarem habilitados a participar nos diálogos e debates relacionados com a governação comunitária das florestas, os compartes têm de se familiarizar com aspetos técnicos, legais e institucionais que muitas vezes desconhecem. A socialização de novos membros implica dar a conhecer a história e a memória dos baldios e seus legítimos usos, a fim de que os compartes possam partilhar um repertório comum e contribuir crítica e criativamente para os desafios atuais da governação comunitária das florestas.

Componentes e atividades básicas do programa das Escolas de Verão

Como indicado no pressuposto 2, a estrutura final do programa da Escola de Verão será codeterminada com os parceiros envolvidos. No entanto, apresentamos um planejamento preliminar da prática educativa para servir de base ao programa apresentado pela(s) entidade(s) responsáveis pela promoção das Escolas de Verão.



Introduções autobiográficas

Descrição

Breve narrativa de vida de todos os participantes na Escola, centrado nos motivos que os levaram a participar na Escola. Nas apresentações autobiográficas emergem mais informações contextualizadas do que nas apresentações formais. Ao contar a sua própria história e escutar a história dos outros, os participantes podem identificar pontos comuns ou interessantes, podendo explorá-los nas sessões seguintes. Os organizadores devem começar a partilhar os elementos dos seus próprios contextos e experiências de vida.

Objetivos

- Promover a interação entre as crianças e monitores.
- Promover um ambiente descontraído para partilha das autobiografias com o grupo (por exemplo, através da música).

Duração

1 hora (dependendo do número de elementos do grupo)

Materiais/Equipamento/Logística

- papel
- lápis

Desenvolvimento

O grupo de crianças e monitores sentam-se à volta da mesa ou no chão, formando uma roda. No centro, coloca-se um pequeno recipiente, onde serão colocados papéis com o nome de todas as crianças e dos monitores. Cada elemento do grupo tira um papel do recipiente, abre-o e anuncia o nome da criança ou monitor que irá ser apresentado(a). Isto será feito sucessivamente, até todos os elementos do grupo serem apresentados.

Sugestões:

Poderão ser partilhados elementos das nossas vidas e do nosso próprio contexto local e familiar: que fazemos, de onde somos e onde vivemos, a nossa família e por que estamos ali. A narrativa pode ser acompanhada por fotografias ou objetos pessoais.



Comunicação diária Escola de Verão

• contexto familiar

Descrição

No final de cada dia, as crianças farão desenhos livres sobre o que mais os marcou na Escola. Esses desenhos devem ser mostrados e explicados às pessoas com quem vivem em casa. No dia seguinte, as crianças deverão salientar os principais comentários que receberam aos monitores.

Objetivos

Promover interação entre os temas abordados na Escola de Verão e o contexto familiar.

Duração

1 hora (dependendo do número de elementos do grupo)

Materiais/Equipamento/Logística

- Papel
- Lápis de cor, marcadores

Desenvolvimento

O grupo de crianças e monitores sentam-se à volta da mesa, em silêncio, e ilustram os aspetos que mais marcaram o dia.

Observações

Poderão incluir palavras e frases nos desenhos, num estilo de representação livre. Em algumas atividades, a comunicação com as famílias pode adicionalmente constar na elaboração de perguntas a que têm de responder (ver atividade “Era uma vez... os baldios!”).

Actividades exploratórias para conhecer os recursos e usos do território

“Do longe ao perto – palavras, pessoas e lugares”

Introdução

Esta atividade pretende dar a conhecer às crianças o que são os baldios, na sua dimensão territorial e comunitária. Inicia-se com uma exploração da paisagem onde se situam os baldios e com uma exploração do conhecimento que as crianças têm da palavra baldio. Numa visita posterior aos baldios, espera-se que elas fiquem a conhecer a sua biodiversidade, os usos dos recursos dos baldios ao longo de gerações e também os riscos e desafios ligados à gestão florestal. Com a participação de elementos da comunidade de partes e de profissionais ligados aos baldios, os monitores passam a mensagem “De geração em geração, uma riqueza gerida pela comunidade”. Relaciona-se esta mensagem com a atividade “Minidicionário – a construção de um repertório comum” para a prática da democracia comunitária da página 57.

Objetivos

- Relacionar o significado de baldio com a sua localização na paisagem, seus recursos naturais e biodiversidade (espécies animais, vegetais e fungos)
- Identificar usos históricos (ex. pastorícia e recolha de matos) e atuais dos recursos comuns (ex. usos florestais, tais como madeira, lenha, apicultura, usos recreativos e educativos, etc.);
- Identificar problemas ambientais (ex. espécies invasoras, erosão, pragas e doenças, etc.), e conhecer os profissionais relacionados com a gestão da floresta

Duração

1 manhã + 1 dia (visita de campo)

Materiais/Equipamento/Logística para a visita de campo

- Roupas adequadas
- Transporte para o grupo (se necessário)
- Lanches/refeições
- Máquina fotográfica e de filmar
- Blocos de anotações para registos feitos pelas crianças

Desenvolvimento

As atividades têm lugar em dias distintos e ocorrem de forma faseada. A indagação do conhecimento que as crianças têm sobre os baldios inicia-se com uma exploração paralela de elementos da paisagem e da palavra baldio. Devem-se localizar as terras comunitárias na paisagem e perguntar algo como: “já repararam naqueles montes/floresta? Alguém sabe dizer se estes montes têm algum nome? Sabem quem são os donos?”

No caso de desconhecerem que são terras baldias, separadamente deve perguntar-se: já ouviram falar de baldios? Sabem o que são? A exploração da palavra baldio deve ser feita com recurso ao minidicionário mencionado na atividade “Minidicionário – a construção de um repertório comum” da página 57.

A visita aos baldios deve ser preparada pelos monitores com antecedência e de forma articulada com membros dos órgãos de gestão dos baldios e com profissionais ligados aos baldios, para que todos possam participar e envolver os minicompartes no conhecimento do território. O transporte do grupo deve ser organizado atempadamente, e os encarregados de educação das crianças devem também ser informados sobre esta visita, assinando previamente a sua autorização. O grupo de crianças e monitores deve ser acompanhado por elementos dos órgãos gestores dos baldios e por profissionais que detenham grande conhecimento sobre os baldios, como é o caso dos sapadores ou engenheiros florestais, que poderão dar a conhecer as espécies, os usos históricos e atuais dos baldios e ainda os principais problemas ambientais. O planeamento da visita deve incluir momentos nos quais as crianças podem explorar livremente o ambiente à sua volta. Estes momentos podem ser aproveitados para identificar espécies e fazer o seu registo nas sebatas. Devem ser organizadas conversas no local com o(s) compartes, sapador(es) e engenheiro(s) florestal(ais) para as crianças conhecerem o trabalho dos cuidadores, administradores e utilizadores dos baldios na primeira pessoa e compreenderem a relevância dos planos de gestão florestal.



Observações

Depois da aprendizagem de novos conceitos e da visita aos baldios, será importante fazer uma recapitulação do dia. Já na sala, os monitores poderão juntar as crianças à volta da mesa para conversarem em grupo sobre a visita aos baldios. Esta reflexão deverá facilitar a aquisição dos conhecimentos adquiridos e a compreensão das riquezas e problemas comuns, como por exemplo, “o que são os baldios”, “Que árvores existem nos baldios?”, “Para que são utilizadas”, “Algumas delas são pragas?”, “Que doenças existem nas árvores dos baldios?”, “qual é o trabalho dos sapadores?”. Podem também lançar-se questões que serão exploradas mais tarde noutras atividades, como “Em que é usado o dinheiro ganho na venda da madeira?”. De seguida, as crianças fazem o registo de novas palavras no minidicionário e a sua leitura conjunta. No dia seguinte, os monitores poderão organizar uma atividade de *storytelling* sobre a ida aos baldios para reforçar as aprendizagens do dia anterior.

Atividades exploratórias para conhecer a comunidade local

“Era uma vez... os baldios!”

Introdução

A comunidade local é entendida como um projeto intergeracional com passado, presente e futuro. Através da preparação de entrevistas, as crianças são convidadas a experienciar o papel de jornalistas para conhecer as histórias de vida e das relações das gerações mais antigas com os baldios. Pode organizar-se, por exemplo, uma visita a um centro de dia.

Objetivos

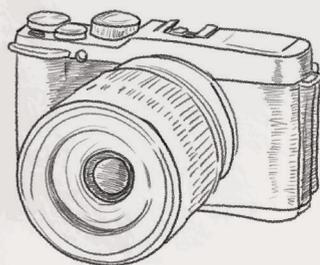
- Promover a interação entre as crianças e os idosos da freguesia/município.
- Conhecer as histórias de vida dos idosos.
- Perceber se os familiares das crianças possuem informações ou conhecimentos sobre os baldios.

Duração

4 horas

Materiais/Equipamento/Logística

- Gravadores de áudio
- Máquinas fotográficas
- Câmara de vídeo
- Blocos de notas
- Lápis
- Organização atempada da visita ao centro de dia



Desenvolvimento

Com a ajuda dos monitores, as crianças preparam os tópicos para a realização das entrevistas aos idosos do centro de dia. Num bloco de notas, as crianças escrevem as perguntas das entrevistas. Por exemplo: “Como se chama?”, “Onde vive?”, “Sabe o que são os baldios?” ou “A sua família conhece os baldios?”.

De seguida, pedir às crianças para se organizarem em pares e ensaiarem o papel de entrevistador com o colega. Quando se sentirem preparados para desempenhar este papel, os monitores vão com as crianças ao encontro dos idosos.

Depois de terminadas as entrevistas, os monitores pedem às crianças para, em casa, pedirem aos pais, avós ou outros familiares para lhes contarem histórias ou partilharem informações sobre os baldios. As crianças devem escrever ou desenhar algo alusivo às histórias familiares. No dia seguinte, os monitores verificam o que as crianças fizeram em casa e pedem-lhes para os apresentar aos colegas, que irão comentar de acordo com o que já aprenderam sobre os baldios.



Observações

Para o trabalho a fazer em casa, os monitores podem sugerir às crianças fazerem perguntas aos familiares, tais como “Já ouviu falar em baldios?”, “O que existe nos baldios?” e “O que é ser comparte?”. Ao realizarem este trabalho, as crianças estão a recolher conhecimentos locais sobre os baldios mas também a levar a escola de verão para o seu núcleo familiar, ao partilhar as suas aprendizagens em casa. Esta atividade também pode ser relacionada com a exploração das necessidades antigas e atuais das gerações mais idosas, aspeto que será aprofundado na atividade “Assembleia de minicompartes”.

Atividades para conhecer as instituições locais de governação

“Conhecer a freguesia”

Introdução

Esta atividade ajudará as crianças a conhecer a sua freguesia e como está organizada. Através da visita à junta de freguesia, as crianças poderão aprender a forma de administração e as principais funções da instituição local. Serão introduzidos os conceitos de residência e de recenseamento que estão na base do conceito de comarca.



Objetivo

- Conhecer a freguesia, os seus lugares e limites geográficos, o censo e as características da população
- Conhecer a instituição local da junta de freguesia, a sua administração e as suas funções
- Compreender o conceito de residência, recenseamento e de eleições

Duração

1 dia

Materiais/Equipamento/Logística

- Máquina fotográfica ou de filmar (facultativo)
- Organização atempada da visita à junta de freguesia

Desenvolvimento

Durante a manhã os monitores e as crianças iniciam a exploração do que é a freguesia. A fim de saberem mais, os monitores propõem a visita à junta de freguesia. O presidente da junta recebe o grupo, apresenta-se e dá início à sua intervenção, explicando às crianças o que é a freguesia, a sua história, área geográfica, lugares e população. Deve explicar também as funções da junta de freguesia, especialmente no que diz respeito aos requisitos de residência e ao recenseamento eleitoral. Com o apoio dos monitores, o presidente dá a conhecer às crianças a forma de administração da freguesia, o papel do presidente, dos vogais, da assembleia de freguesia e de funcionários. Deve explicar o processo eleitoral de como se tornou Presidente. Durante a tarde, os monitores devem recapitular com as crianças as palavras novas a ser incluídas no minidicionário, tais como freguesia, residência, recenseamento e eleições. Como atividade lúdica, os monitores e as crianças poderão simular um processo de eleições.

Observações

Os monitores devem contactar com antecedência a junta de freguesia para agendar a visita das crianças. É necessário também informar o presidente da junta sobre o intuito da visita: explicar às crianças o que é a freguesia, a junta de freguesia, descrever a sua administração e as suas funções (com destaque para o recenseamento) e critérios de residência. O presidente entregará atestados de residência às crianças que sejam da freguesia.

“Quem governa os baldios?”

Introdução

Esta atividade convida as crianças a conhecer quem são os compartes, a administração dos baldios, as pessoas que desempenham cargos gestores e os trabalhadores florestais. Deve ser explorada em articulação com a preparação da assembleia de compartes.

Objetivos

- Aprender quem são os compartes;
- Conhecer a administração dos Baldios (Conselho Diretivo dos Baldios, Comissão Fiscalizadora e Mesa da Assembleia);
- Conhecer os administradores e as responsabilidades;
- Conhecer os trabalhadores florestais e suas funções e responsabilidades;
- Compreender os passos da organização da Assembleia de Compartes.

Duração

1 dia

Materiais/Equipamento/Logística

- Gravadores
- Máquinas Fotográficas
- Câmara de Vídeo
- Blocos de notas
- Lápis
- Organização atempada do encontro entre as crianças e os membros dos órgãos gestores dos baldios (de forma a que estejam presentes pelo menos um elemento de cada órgão).

Desenvolvimento

Os monitores e as crianças iniciam a exploração de quem são os compartes e como são governados os baldios. Preparam o encontro com os representantes dos órgãos administrativos e com os trabalhadores florestais. As crianças poderão assumir o papel de jornalistas e preparar as perguntas a fazer com a ajuda dos monitores. De manhã, as crianças deverão dirigir as perguntas a cada um dos presentes.

As perguntas serão centradas em cinco blocos:

- 1) quais os requisitos para ser comparte;
- 2) qual a forma de administração dos baldios;
- 3) quais as funções dos administradores;
- 4) qual o papel de cada um nas assembleias de compartes.

De tarde, entrevistarão os trabalhadores florestais, como por exemplo engenheiros florestais, sapadores florestais ou outros trabalhadores diretamente envolvidos, para conhecerem a sua atividade profissional.

Observações

Através desta atividade, as crianças irão descobrir o que é necessário para ser comparte. Os administradores podem fazer uma declaração de minicomparte honorário para todas as crianças, a qual terá de ser aprovada na assembleia de compartes.

Dada a complexidade institucional dos baldios, os monitores deverão realizar várias atividades de recapitulação com as crianças. As novas palavras apreendidas pelas crianças deverão também ser escritas no minidicionário (atividade Minidicionário - a construção de um repertório comum) e lidas em conjunto. Os monitores podem também realizar jogos de papéis, nas quais as crianças assumem os papéis das pessoas que conheceram no encontro e que representam os órgãos gestores dos baldios. Esta atividade serve também de preparação para a assembleia de minicompartes (atividade Assembleia dos minicompartes). No que diz respeito aos trabalhadores florestais, deve-se ter em conta as suas funções relacionadas com a defesa da floresta contra incêndios, pois o verão é um dos períodos mais propícios para a ocorrência de fogos descontrolados.

“Para onde vão os rendimentos dos baldios?”

Introdução

Nesta atividade, as crianças são convidadas a conhecer alguns dos investimentos sociais dos baldios na sua comunidade, por exemplo através da visita a uma instituição local que beneficie dos rendimentos obtidos a partir da exploração dos baldios.

Objetivos

- Compreender o uso dos rendimentos obtidos a partir dos baldios e os benefícios para a comunidade.

Materiais/Equipamento/Logística

- Máquinas Fotográficas
- Organização atempada da visita

Desenvolvimento

Os monitores devem agendar um encontro entre as crianças e representantes de instituições comunitárias que beneficiem do apoio dos baldios. Numa conversa informal, articulada com uma visita a essa instituição, as crianças irão conhecer o trabalho da instituição, quem são os responsáveis, as ações desenvolvidas, os benefícios, os recursos, etc. Os monitores deverão proporcionar um momento de reflexão em grupo no qual as crianças possam propor as suas sugestões para o uso dos rendimentos comunitários obtidos a partir dos baldios.

Observações

Esta atividade serve também de preparação para a atividade “Assembleia dos minicompartes”.

Actividades para praticar a democracia comunitária

“Minidicionário – a construção de um repertório comum”

Introdução

Esta atividade consiste na elaboração de ferramentas de vocabulário associado aos baldios - um minidicionário, à medida que novas palavras relacionadas com os baldios são apresentadas às crianças.

Objetivo

- Aprender novas palavras relacionadas com os baldios e conhecer o seu significado
- Compreender o que são os Baldios

Materiais/Equipamento/Logística

- Cartolina
- Marcadores

Desenvolvimento

O grupo de crianças e monitores promovem uma conversa à volta das novas palavras que aprenderam nas atividades. Seguidamente, procura-se em conjunto uma definição. Uma das crianças escreve a nova palavra e a sua definição acordada pelo grupo no minidicionário. Ao longo da Escola de Verão, sempre que as crianças aprenderem novas palavras acerca dos baldios poderão escrevê-las no minidicionário.

Observações

Os monitores podem estimular a discussão recorrendo a perguntas-chave: “Que palavras novas aprenderam hoje?”

Os monitores deverão ajudar as crianças a responder às perguntas colocadas a fim de chegar a uma definição provisória, que poderá ser revista e melhorada à medida que decorrem as atividades. Quando a definição está incerta, podem escrever a definição a lápis, e quando estiver mais estabilizada, a caneta.



“Musicar: a balada dos minicompartes”



Introdução

Através da música, as crianças são convidadas a exprimir de forma criativa os seus conhecimentos sobre os baldios. Os monitores devem apoiar a adaptação de uma canção do agrado das crianças ao contexto da escola de verão, convidando também outros membros da comunidade a participar neste exercício.

Objetivos

- Criar a canção da Escola de Verão
- Aprender a canção para a apresentação final à comunidade
- Reforçar laços comunitários

Materiais/Equipamento/Logística

- Folhas com letra da música (para todas as crianças e monitores)
- Guitarra (facultativo)
- local para ensaios musicais (preferencialmente, com palco e microfones)

Desenvolvimento

Escolher uma música da preferência e do conhecimento geral das crianças. Num primeiro momento, convidar as crianças a sentir a música e a dançar. Os monitores devem apresentar uma primeira proposta de adaptação da letra ao contexto da Escola de Verão, com a participação dos parceiros locais. De seguida, em conjunto com as crianças, deverão rever a letra até que a sua adaptação à música esteja concluída. A versão final deverá ser distribuída pelas crianças e todos devem participar nos ensaios.

Observações

Os momentos de ensaio poderão acontecer ao longo da escola de verão, enquanto forma de relaxamento ou de intervalo entre atividades. Os ensaios podem decorrer na sala da escola, mas também ao ar livre. Idealmente, a apresentação da canção à comunidade dos baldios será feita num palco. No caso da Primeira Escola de Verão dos Minicompartes dos Baldios de Vilarinho, a balada dos minicompartes foi apresentada à comunidade depois da realização da atividade “Assembleia de minicompartes”.

Assembleia dos minicompartes

Introdução

Através da expressão dramática, esta atividade ajudará as crianças a compreender o que é uma Assembleia de Compartes. A participação das crianças em todas as fases de preparação de uma assembleia – desde a afixação da convocatória à definição da ordem de trabalhos, constitui uma vivência marcante de participação comunitária.

Objetivo

- Realizar a assembleia de minicompartes;
- Sensibilizar os atuais compartes para a importância da participação nas assembleias.

Duração

Preparação: 3 dias

Realização: 2 horas (representar a assembleia de minicompartes e cantar a balada dos minicompartes)

Materiais/Equipamento/Logística

- Produção das t-shirts e bonés da Escola de Verão
- Organização logística do espaço e da exposição dos trabalhos feitos durante a Escola de Verão
- Verificação das condições técnicas do espaço (som, luz)



Desenvolvimento

Os monitores devem, num primeiro momento, recapitular as aprendizagens realizadas até ao momento sobre a gestão dos baldios: quem são os protagonistas dos baldios e qual o papel de cada um na gestão da floresta comunitária. Em seguida, os monitores lançam o desafio de organizar uma assembleia de minicompartes para que toda a comunidade assista e participe, com o objetivo de partilhar conhecimento sobre os baldios e promover a participação dos atuais compartes nas tomadas de decisão sobre os baldios.

A partir da “Eu sou um minicomparte!” as crianças recordam as responsabilidades dos compartes e elaboram a convocatória da assembleia de minicompartes. A discussão da ordem de trabalhos a serem debatidos na Assembleia deve ser feita em grupo, com a moderação dos monitores. As crianças poderão propor tópicos que consideram relevantes para a tomada de decisão conjunta na assembleia, como a eliminação das acácias, a criação de parques de merendas, etc. A afixação da convocatória deve ser feita nos pontos principais da freguesia como a junta de freguesia, Sede dos Baldios, entre outros. A representação da assembleia inicia-se com a escolha dos papéis a representar pelas crianças. Para elaborar o guião sobre o debate na assembleia, os monitores devem apresentar às crianças um exemplo duma situação-problema capaz de gerar controvérsia, que será trabalhado colaborativamente com as crianças para os tópicos selecionados. Uma vez escrito o guião, realizam-se os ensaios e faz-se a preparação do espaço onde a dramatização será apresentada à comunidade (afixação de cartazes nas paredes; som; apresentação de slides com fotografias; áudios das entrevistas realizadas). Devem ser feitos convites às famílias para estarem presentes que serão entregues através das crianças.

Depois da chegada das pessoas ao local, é feita a apresentação da Assembleia de Minicompartes pelas crianças. Em seguida, é feita a apresentação da canção Balada dos Minicompartes e a entrega dos Certificados, aos minicompartes, pelos representantes institucionais dos baldios. No final, realiza-se um lanche convívio com a equipa da Escola de Verão e membros da restante comunidade.

Observações

A participação da comunidade ao longo da assembleia de minicompartes deve ser promovida, de modo a que os verdadeiros compartes experienciem a participação através do “faz-de-conta”. Deve também ser dada voz aos representantes institucionais dos baldios e às pessoas envolvidas na iniciativa, para que a comunidade tenha também conhecimento dos esforços coletivos realizados na Escola de Verão à volta de um tema tão relevante para todos, fomentando assim a valorização do património comum.

Implementação das atividades:

A 1ª Escola de Verão dos Minicompartes dos Baldios de Vilarinho

“Nós também somos donos dos nossos montes”

Foi este o mote da 1.ª Escola de Verão dos Minicompartes dos Baldios de Vilarinho, Lousã, que se realizou em julho de 2013, destinada a crianças entre os 7 e os 12 anos cujos pais são compartes de baldios. A Escola resultou de uma parceria entre o CES e os agentes locais – Baldios de Vilarinho, ADIC e Junta de Freguesia de Vilarinho (atualmente extinta). É com base na experiência de preparação, planificação, implementação e avaliação da Escola de Verão que escrevemos este livro. Aqui apresentamos a concretização do modelo pedagógico e das atividades propostas anteriormente.



Diagnóstico do contexto local dos baldios e florestas de Vilarinho, Lousã

Recursos e usos do território

Os Baldios dos Lugares da Extinta Freguesia de Vilarinho situam-se na Serra da Lousã e ocupam uma área de aproximadamente mil hectares.

Os limites geográficos dos baldios encontram-se fixados por decisão legal do Tribunal da Lousã, após uma ação judicial dos compartes contra o Estado por este se recusar a finalizar o regime de cogestão que vigorava desde 1976. O Tribunal reconheceu os direitos dos compartes a gerir em exclusividade os seus baldios em 2011, decisão que foi reafirmada pelo Tribunal da Relação de Coimbra em 29 de fevereiro de 2012. A partir desta data, os compartes passaram a ter o controlo sobre o seu território. Trata-se duma área localizada principalmente entre os 350 m e os 1000 m de altitude. As povoações humanas encontram-se no sopé da serra, e as antigas aldeias de xisto na serra encontram-se hoje despovoadas.

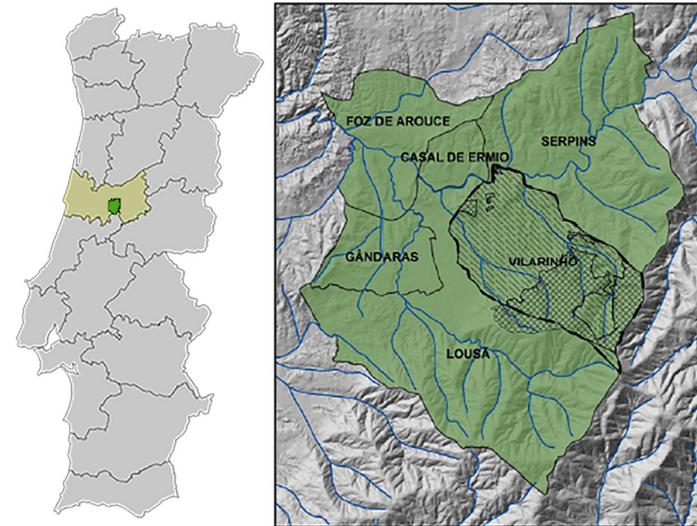


Figura 7 - Mapa do território da Comunidade de Compartes dos Baldios dos Lugares da Extinta Freguesia de Vilarinho, Lousã.

História dos Baldios de Vilarinho

► <http://www.baldiosvilarinho-lsa.pt/vilarinho/?q=Historia>

O uso dominante dos baldios de Vilarinho é florestal, e as florestas ocupam cerca de 75% do território. Entre outros usos, destaca-se a cessão de exploração a uma empresa eólica, um aeródromo e a uma empresa de caça, atividades de apicultura, atividades desportivas e de lazer, recolha de matos, lenha, cogumelos silvestres, pinhas e castanhas, e ainda uma área de conservação incluída na Rede Natura 2000.

Historicamente, as primeiras espécies florestais plantadas pelos compartes foram os castanheiros para fruição particular dos frutos (alguns deles seculares). As plantações de coníferas (pinheiros, pseudotsugas e sequóias) foram levadas a cabo pelos serviços florestais há mais de 75 anos. Em 2014 foram plantadas pelos atuais compartes mais de vinte mil árvores, principalmente sobreiros, pinheiros mansos, pinheiros radiatas e eucaliptos.

Após a devolução efetiva dos baldios para o regime de gestão exclusiva pelos compartes, a administração tem procurado fazer frente ao passivo ambiental deixado pelas quatro décadas de cogestão com o Estado: a proliferação de espécies invasoras de acácia e o avanço da doença do nemátodo-da-madeira-do-pinheiro e de outras pragas. O combate a estes problemas ambientais tem implicado alguns cortes sanitários e replantações com espécies menos suscetíveis a estas doenças.

A prevenção de incêndios florestais no âmbito do sistema de defesa da floresta contra incêndios motivou a contratação de uma equipa de sapadores ao abrigo do Programa de Sapadores que vigora desde 2001. Desde 2012, quando os compartes assumiram a gestão integral das florestas dos baldios, contrataram uma engenheira florestal a tempo inteiro que tem elaborado estudos técnicos sobre os recursos naturais disponíveis.



Comunidade local

De acordo com a lei 68/93, os compartes dos baldios de Vilarinho são os moradores da extinta freguesia de Vilarinho⁸. O número de moradores aumentou significativamente nos últimos anos, diretamente relacionado com o aumento da população da Lousã, a vila adjacente e sede de Concelho. Em 2011, o número de compartes (moradores recenseados na freguesia) aproximava-se dos 3000. Uma grande parte da população é urbana, enquanto outra parte mantém características mais rurais.

Anteriormente à florestação pelos serviços florestais, a utilização dos baldios pelos compartes era complementar às atividades agrícolas e pastoris. Os serranos recolhiam mato, pastavam cabras, colocavam as suas colmeias e plantavam as suas árvores de fruto, como por exemplo os castanheiros, nas terras comuns. Arrendavam-se ou cediam-se talhões de terra para o cultivo de centeio para as famílias mais pobres sem terra. Estas atividades eram fundamentais à economia doméstica das famílias e à sua subsistência. Com a florestação, estas práticas foram fortemente comprometidas e alvo de sanções pesadíssimas, por parte dos serviços, aplicadas por guardas florestais. Como forma de compensação, algumas pessoas conseguiram trabalho temporário nas plantações florestais. Além da subsistência e apoio a atividades agrossilvopastoris da população, os baldios foram, no passado, administrados para o benefício do município, sendo vendido parte do terreno para obter o dinheiro necessário para a construção dos passos do concelho.

Após 1976 aquando da devolução dos baldios aos povos, as comunidades de compartes dos baldios conquistaram, pela primeira vez, o direito a administrar democraticamente os baldios através das assembleias de compartes, incluindo a gestão dos seus rendimentos, que no passado eram administrados pelas autarquias locais. Desde então, os baldios distribuem parte do rendimento que não é reinvestido no cuidado da floresta, salários de pessoal, maquinaria, equipamentos e instalações por instituições locais de cariz social, a fim de apoiarem a obra social para o bem comum. Assim, os baldios distribuem gratuitamente lenha pelas escolas, fornecem madeira para associações desportivas, culturais e recreativas, e doam verbas à junta de freguesia para manutenção de caminhos, à igreja paroquial e às comissões para as obras nas capelas para manutenção dos espaços, apoiam

8 - De acordo com a nova definição de compartes expressa na lei 72/2014, o universo de compartes foi alargado a não moradores, passando a incluir os cidadãos que desenvolvem uma atividade agroflorestal ou silvopastoril nos lugares onde se situam os respetivos terrenos baldios.

eventos culturais, festas tradicionais e romarias, encontros de antigos compartes, e associações como a ADIC que tem um centro de dia, um lar de idosos em construção, uma creche, um ATL⁹ e que presta apoio domiciliário com refeições a famílias carenciadas, entendidas na assembleia de compartes como contributos para o bem da comunidade de compartes.

Instituições locais de governação

Os órgãos de administração dos baldios são a assembleia de compartes, o conselho diretivo e a comissão de fiscalização. Os elementos da mesa de assembleia, conselho diretivo e comissão de fiscalização são eleitos de 4 em 4 anos, de acordo com a nova lei. A organização e funcionamento de cada órgão de gestão estão detalhados na lei dos baldios em vigor (durante a Escola de Verão vigorava a lei n.º 68/93, atualmente vigora a lei n.º 72/2014), que além do processo de eleição dos órgãos (artigo 11.º) estabelece a forma de participação e de deliberação nas reuniões (artigos 12.º e 13.º). A composição das assembleias de compartes, suas competências, composição da mesa, periodicidade, convocação e funcionamento são descritas do artigo 14.º ao 19.º. A composição do conselho diretivo, as suas competências, poderes e formas de delegação são descritas do artigo 20.º ao 23.º. A composição da comissão de fiscalização e suas competências estão descritas nos artigos 24.º e 25.º, respetivamente.

Os direitos e deveres dos compartes estão estabelecidos no regulamento de uso e fruição que é aprovado na assembleia dos compartes.

A junta de freguesia é uma entidade administrada de forma separada dos baldios, que pode receber verbas para levar a cabo finalidades entendidas como sendo em prol do bem da comunidade de compartes.

9 - Valência que foi extinta em 2014.

Exemplos de convocatórias e de regulamento de uso e fruição

► <http://www.baldiosvilarinho-lsa.pt/vilarinho/?q=documentos>

Exemplos de convocatória

► http://www.baldiosvilarinho-lsa.pt/vilarinho/sites/default/files/convocatoria_27_11_2015.pdf

► http://www.baldiosvilarinho-lsa.pt/vilarinho/sites/default/files/convocat%C3%B3ria_assembleia%20de%20compartes.pdf

Exemplo de regulamento de uso e fruição

► http://www.baldiosvilarinho-lsa.pt/vilarinho/sites/default/files/regulamento_aprovado_21_12_2012.pdf

Democracia comunitária

Os compartes que participam regularmente nas assembleias são os que estão diretamente envolvidos com a administração e trabalho nas florestas. Pontualmente, mediante os temas em discussão, estão presentes diversas partes interessadas (tais como membros de associações de caçadores, de clubes de desportos de montanha, madeireiros, construtores, entidades beneficiárias dos baldios, etc.). Verifica-se que a participação feminina é menor que a masculina, principalmente em virtude do tempo dedicado pelas mães a cuidar dos seus filhos.

Tipicamente, a engenheira florestal e a equipa de sapadores está presente para esclarecimentos técnicos. Os compartes presentes guardam a memória das utilizações passadas dos baldios e têm como referência de bem comum a distribuição de verbas para instituições sociais, a prevenção do risco de incêndios, a criação de empregos locais, a paisagem florestal e valores ambientais (biodiversidade).

Em relação ao universo total de compartes, a proporção de participantes regulares nas assembleias é cerca de 1%. As razões para a ausência da participação dos restantes compartes não são conhecidas, mas assume-se que estão relacionadas com a perda de vínculo com os baldios. Em Vilarinho, esta questão perturba os elementos dos órgãos de administração, muitos deles reformados, pois pode colocar em causa a sustentabilidade social dos baldios e as decisões em prol das gerações vindouras, especialmente quando os mais novos não têm memória nem conhecimento das formas de governação comunitária.

Construção da parceria e do programa da Escola de Verão

A ideia da Escola surgiu de conversas da equipa de investigadores do projeto SCRAM com a engenheira florestal dos baldios, Eugénia Rodrigues e Luís Trota, presidente do Conselho Diretivo. No âmbito do protocolo de colaboração entre o CES e a Comunidade de Compartes dos Baldios de Vilarinho, procurámos desenvolver pedagogias para a governação comunitária das florestas e formas de envolver mais intimamente a comunidade de compartes com a governação dos baldios. Desde o início, o trabalho com as crianças foi entendido como uma forma possível de envolver igualmente as suas famílias.

Eugénia Rodrigues, engenheira florestal, e Luís Trota, presidente do Conselho Diretivo dos Baldios de Vilarinho, sugeriram incluir como parceiros

locais a ADIC e a junta de freguesia.

Foram várias as razões que suportaram a inclusão da ADIC: além de ser uma das principais entidades beneficiárias dos rendimentos produzidos pelos baldios, tinha a seu cargo crianças em regime de ATL. As suas instalações localizam-se a escassos metros da sede do Conselho Diretivo dos Baldios de Vilarinho, dispensando assim a necessidade de transporte das crianças. O facto de as crianças estarem em regime de ATL a tempo inteiro durante o verão e não terem um programa curricular a cumprir facilitou a definição de um plano de atividades a realizar com as auxiliares educativas, no período das férias de verão, enriquecendo o tempo livre das crianças com atividades de aprendizagem informal e ao ar livre. A maioria das 12 crianças inscritas eram naturais das diferentes localidades da antiga freguesia de Vilarinho, e portanto, futuros compartes. Por isso, esta iniciativa recebeu o nome de 1ª Escola de Verão dos Mini-Compartes de Vilarinho. O presidente da ADIC, Rogério Martins, a assistente social Marisa Costa e a auxiliar educativa, Carla Soares, acolheram a ideia com entusiasmo. O presidente da Junta de Freguesia de Vilarinho, Joaquim Seco, disponibilizou-se prontamente a participar na Escola e a ajudar no que fosse necessário.

Uma vez estabelecida a parceria, iniciámos reuniões conjuntas para a recolha de materiais educativos e pedagógicos que nos parecessem relevantes. Deparámo-nos, no entanto, com a ausência de materiais relacionados com a governação comunitária. Procurámos construir um programa de raiz que permitisse às crianças e aos adultos que as acompanham ir à descoberta dos baldios, permitindo às crianças conhecer diretamente as pessoas e as instituições envolvidas no cuidado e governação das florestas, os recursos e problemas com que se deparam e os projetos em curso para os ultrapassar.

Com base nas reuniões e conversas decorridas, a equipa do CES (Anailton Salgado, Iryna Skulska, Mayrén Alavez-Vargas, Patrícia Ferreira e Rita Serra) apresentou um programa preliminar de atividades para 15 dias que foi enriquecido conjuntamente com os parceiros. Assim, foram tidos em conta os detalhes da logística das atividades e a disponibilidade das crianças para participar e respetivas autorizações dos pais e as rotinas das crianças no regime de ATL – refeições, momentos de pausa e de lazer, etc. Procurou-se equilibrar as atividades em sala com as atividades ao ar livre para que as crianças pudessem descontraírem e brincar.

Durante a realização da Escola de Verão, Eugénia Rodrigues, Luís Trota, Joaquim Seco e Carla Soares acompanharam diariamente as atividades juntamente com a equipa CES da Escola. Este acompanhamento diário permitiu não só a monitorização das atividades, mas também o envolvimento dos parceiros na implementação e na revisão e adaptação do programa diaria-

mente, de acordo com os ritmos das crianças e as necessidades emergentes imprevistas, configurando um verdadeiro trabalho de equipa. A Escola foi repleta de vivências e de aprendizagens com as crianças e com os adultos. Apresentamos aqui uma síntese das duas semanas passadas em conjunto, centrado na exploração dos tópicos e atividades pelas crianças.

Diário da Escola de Verão

Dia 1: “Os baldios são os sapadores!”

Esta foi a resposta à pergunta “sabem o que são os baldios?”. Para as crianças, mais do que um espaço físico, os baldios são as pessoas que nele trabalham. A partir de explorações conjuntas, foram-se gradualmente adicionando aos baldios outros elementos a partir da paisagem – as eólicas, os montes, as árvores, os rios, que se materializaram nos desenhos e nas mensagens para casa. Surgem também novas palavras que vão tomando forma no dicionário: baldios, compartes... Procuram saber mais junto dos idosos da ADIC, dos avós, dos pais, de familiares, e à medida que aprendem o que são os baldios, ficam surpreendidos com o quão pouco sabem os adultos. Aprendem a filmar e a fazer entrevistas como os jornalistas. Começa-se a musicar. O presidente da junta de freguesia escreveu uma proposta inicial de letra para trabalharmos com as crianças. Descontraidamente, procura-se encontrar uma música que todas as crianças conheçam. Surpreendentemente, as músicas que todas as crianças conhecem são as músicas brasileiras tocadas pelas bandas nas romarias locais! Este é o ponto de partida para a balada dos minicompartes.

Dia 2 – “Declaro-vos residentes!”

As crianças visitam a junta de freguesia para saberem mais sobre a freguesia, as suas localidades e a sua população. Descobrem quem é e quem não é comparte, de acordo com as localidades onde residem. Aprendem o que é o recenseamento e para fins desta escola, o presidente da Junta da Freguesia emite atestados de residência às crianças. Aprendem novas palavras para o minidicionário.

E depois... sardinhada com os idosos da ADIC!

Dia 3 – “Uma rã não é um sapo!”

A familiaridade das crianças locais com as espécies de árvores e animais da floresta dos baldios é muito grande, e contrasta com a das crianças com um estilo de vida mais “urbano”. Durante a visita dos baldios, encontram um sapo que faz as delícias de todos. Aprendem novas espécies numa conversa com a engenheira florestal, que foram plantadas pelos serviços florestais e que não têm nomes comuns, como a *Pseudotsuga menziesii*. Além da diversidade dos baldios, aprendem também alguns dos problemas ambientais com que se deparam: as espécies invasoras de acácias (*Acacia dealbata* e *Acacia melanoxylon*) e porque é que constituem um problema – a eliminação de outras espécies no mesmo espaço. Conheceram também algumas das decisões florestais mais recentes com que os baldios se deparam: cortar os pinheiros doentes com o nemátodo-da-madeira-do-pinheiro (*Bursaphelenchus xylophilus*) e replantar as áreas cortadas. Ao musicar, a diversidade e os problemas tornam-se parte da letra.



Dia 4 – Uma maratona de visitas!

Após uma apresentação de como funcionam os baldios por Eugénia Rodrigues, as crianças conhecem as instalações dos baldios, os espaços onde têm lugar a tomada de decisões relacionadas com a governação comunitária da floresta e o armazém onde se guardam os equipamentos. Conhecem também as operações florestais através dos equipamentos, e o esforço físico que implicam – as máquinas são pesadas! De seguida, visitam as principais entidades beneficiárias – Clube Recreativo Vilarinhense e ADIC, e conversam com o Presidente da ADIC e assistente social para conhecerem o dia a dia da instituição, o trabalho social que desempenham, as suas necessidades e projetos de futuro.



Dia 5 – À conversa com... os órgãos de governação dos baldios!

Finalmente, as crianças conhecem os elementos que governam os baldios. Esta é a oportunidade de lhes fazerem todo o tipo de perguntas, desde qual a função dos cargos que ocupam, como funcionam as assembleias, as principais decisões que se tomam nos baldios e as mais difíceis que já tomaram. Mas este momento é também a oportunidade para outras perguntas, como “você sabem quem são os minicompartes”?

Dia 6 - “Profissão: sapador”

Depois de relembrar, com recurso a fotografias, os acontecimentos da semana passada, as crianças conversam com os sapadores. É o momento onde aprendem mais sobre o seu trabalho, em particular o combate a incêndios, e o dia a dia dos trabalhos nos baldios para tornar as estradas transitáveis, podas, retirada de árvores caídas, novas plantações e cuidados para os animais, em particular os veados, não as comerem. Explicaram a função dos equipamentos que viram na semana anterior, os equipamentos de proteção, uniformes, os cuidados essenciais para evitar acidentes e a importância dos rádios para a comunicação e receção de chamadas de emergência.



Dia 7 - “Vamos fazer uma assembleia de minicompartes!”

Após relembrar os cargos de todas as pessoas que administram os baldios, as crianças escolheram quem queriam representar. Conjuntamente, discutimos o que iria ser decidido na assembleia. Para criar uma situação-problema, usamos uma proposta extrema: vamos cortar todas as árvores, despedir todos os sapadores e gastar todo o dinheiro numa festa. Após um redondo e sonoro “nãooooooooo”, propusemos como ponto de partida um cenário realista: a decisão de cortar os pinheiros doentes com o nemátodo-do-pinheiro, o que plantar a seguir e o que fazer com o dinheiro.



As crianças começaram a levantar as suas preocupações com o que é preciso fazer na freguesia: recuperar casas abandonadas para turistas, um parque infantil para as crianças, um supermercado para quem não se pode deslocar à Lousã, melhores transportes. A fim de gerar debate na assembleia entre os compartes, decidiu-se que as árvores a plantar seriam acácias. Estaria presente na assembleia a mini-engenheira florestal que daria o seu parecer técnico sobre esta decisão. Seguiríamos todos os passos reais da convocação duma assembleia, começando por anunciar a convocatória. E saímos à rua para colar a convocatória nos locais habituais.

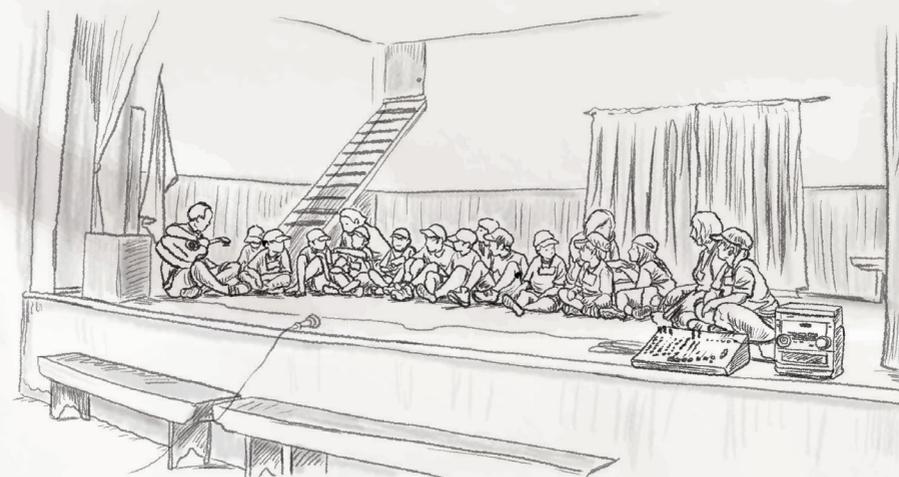
Dias 8 e 9 – “Preparação da assembleia!”

O texto foi preparado em tempo real com as crianças, e ensaiado com elas individualmente para pensar nas expressões, gestos, tom de voz, e toda a dramatização das personagens. Também se realizaram ensaios coletivos no espaço do Clube Vilarinhense para se preparar a assembleia e a apresentação da balada dos minicompartes. Fizeram-se os convites para os pais, que foram entregues com grande orgulho pelas crianças.



Dia 10 – O grande dia: assembleia de minicompartes e compartes!

Chegou o grande dia!



Preparamos o espaço, com projeção de fotografias, afixamos os desenhos, vestimos as camisolas, pintaram-se bigodes. E os compartes juntaram-se à festa! Votaram as decisões, chegaram a consenso: cortar pinheiros doentes, plantar castanheiros e construir um parque infantil. Cantou-se a balada dos minicompartes e entregaram-se os certificados. Tudo terminou com um grande almoço e algumas das primeiras impressões por parte dos presentes: “era fazer isto em todos os baldios”, diz um sapador!

AVALIAÇÃO

A avaliação da Escola de Verão foi realizada pelos diversos elementos que nela participaram: a equipa do CES, os parceiros locais, as crianças e os seus pais.

A avaliação da 1.ª Escola de Verão dos minicompartes dos Baldios de Vilarinho com os pais e as crianças foi realizada através de dois grupos focais que tiveram lugar na sede do Conselho Diretivo dos Baldios de Vilarinho. Num primeiro momento (19 de outubro de 2013), realizou-se um grupo focal com 4 pais de crianças que participaram nesta escola. Em 26 de julho de 2014 realizou-se um segundo grupo focal com 4 pais e 3 crianças que participaram na Escola de Verão. A realização dos grupos focais teve como objetivo avaliar os possíveis impactos da escola de verão na aquisição de conhecimento e na participação dos pais e das crianças nas tomadas de decisão sobre os baldios de Vilarinho tendo em vista a preparação de atividades futuras orientadas para a gestão comunitária dos baldios de Vilarinho. De seguida apresentamos as principais conclusões, usando nomes fictícios para omitir a identidade dos pais e das crianças.

Recursos e território

Do ponto de vista pedagógico, o “conhecimento do lugar onde se vive” é muito valorizado pelos pais das crianças que consideraram que essa lacuna que foi preenchida pela Escola de Verão.

Joana (mãe) destaca a importância dada a uma “geografia localizada que a escola [formal] não tem”, referindo-se à ausência da abordagem aos territórios locais nos conteúdos de Estudo do Meio no 1.º ciclo do Ensino Básico. Ana (mãe) argumenta que “aqui aprenderam coisas sobre o sítio onde vivem, aprenderam sobre a madeira (...) e gostaram de ir à serra”. Esta escola “...acabou por ter a parte geográfica que eles acabam por não ter... têm a parte da história que não é localizada, mas é globalizada, acabam por não ter muito sobre a área de residência...”.

Existe a perceção das dificuldades atuais da escola pública, nomeadamente da estabilidade do corpo docente em ser capaz de intervir ao nível local, já que não permanecem o tempo suficiente numa escola para conhecerem o território onde se inserem.

Joana: “as professoras não têm capacidade em termos de conhecimento necessário para fazer uma abordagem de temas da área de residência das crianças”.

Quer a Escola de Verão, quer a “1 caminhada micológica no Baldio de Vilarinho (Lousã) — Baldios e seus amigos: um caminho de descobertas” (realizada no âmbito do projeto SCRAM) são referidas como exemplos de sucesso para dar a conhecer o património dos baldios à população local, mas também da figura de comparte. Ou seja, são iniciativas que poderão contribuir futuramente para melhorar o conhecimento da população sobre os baldios e o seu modo de gestão.

João: “tenho a certeza que estas crianças amanhã sabem, têm conhecimentos do que é andar na serra, do que é preservar, se fizerem alguma asneira há uma queimada...vão prejudicar não só uma pessoa, como os animais, como a comunidade inteira... ter essa noção que muitas pessoas não têm... Hoje em dia ainda há pessoas que deixam de cultivar uma terra e põem acácias!”

Recuperação do “passado” da comunidade

João recorda que, quando nasceu, “o baldio já era o que é hoje, os meus pais contavam, e os meus avós, que a que a serra servia para pastoreio, mato para os animais e lenha. Depois o Estado pegou nisso e agora abandonou outra vez... Por isso os baldios pegaram nisto outra vez. Da minha vivência ,não havia interesse pelos baldios. Era para os mais velhos... Eu nem tinha fontes que me indicassem o contrário...”. No entanto, quem não nasceu em Vilarinho não conhece os baldios:

Ana: “Por exemplo, eu venho da cidade não é, estou cá há pouco tempo, há 16 anos. Eles é que nasceram aqui... também não tinha conhecimento do trabalho dos baldios e das serras e eles, desde que começaram a ir a essa escolita, aprenderam mais coisas que devem conservar e proteger...” (Ana).

Os baldios surgem nas narrativas dos pais como um património que foi relevante no passado – lenha, comida para gado, etc., mas não atribuem utilizações/funções aos baldios no presente para além das referidas. Também a redução da atividade agrícola na região é uma das razões apontadas para o distanciamento da população em relação aos baldios. A Escola de Verão reavivou a recordação deste passado, trazido à conversa pelos avós mas tornou também visível a ausência de conhecimento sobre o estado atual dos baldios de Vilarinho.

Link para repositório do SCRAM:

► <http://www.scram.ces.uc.pt>

Sobre o presente, João diz que o “mais importante é as pessoas começarem a vir às assembleias discutir as novas ideias para não deixar que a serra esteja ao abandono, novas ideias e projetos para que os nossos filhos e netos encontrem pelo menos o que nós encontramos”. Acrescenta que “o que se tem perdido ao longo destes anos, que é a importância do meio onde vivemos para o nosso futuro. porque... cada vez mais as pessoas estão por motivos profissionais, por motivos económicos, abandonaram a aldeia... isto talvez proporcione um dia mais tarde o regresso dos nossos filhos para seguir o projeto dos nossos pais, não é.. e dos nossos avós... eu, como pai, abandonei um bocado..”

Conhecimento sobre as instituições de governação locais

A escola de Verão foi marcante para os pais e crianças, tendo permitido múltiplas aprendizagens, trocas de experiências e o convívio entre a população e as instituições locais de Vilarinho, como a ADIC, a junta de freguesia e os órgãos gestores dos baldios. Também os órgãos gestores dos baldios manifestaram a importância comunitária deste evento em vários momentos, nomeadamente na assembleia de mini-compares e nos eventos finais do evento SCRAM (em Vilarinho e no CES).

O desconhecimento da população de Vilarinho sobre os baldios é associado à ausência de participação nas assembleias e de falta de comunicação entre as instituições e a população:

“como estava a Isabel, estavam quase todos os vilarinhenses, porque as assembleias nunca despertaram a atenção dos habitantes.. e torna-se assim um bocado uma reunião secreta, secreta entre aspas porque a porta está aberta a todos, mas a informação nunca chega a todos e o que se passa cá dentro nunca passa lá para fora.”

Em particular, no primeiro grupo focal, os pais demonstraram a intenção de passar a participar nas assembleias. No entanto, mais de 1 ano depois, nenhuma das mães referiu que o seu comportamento se alterou em relação à participação nas assembleias. Mas, diz João, se pensarmos “os outros que decidam, eles que façam, mas isto é de todos nós... devemos lutar por um bem que é de todos”. Ou, como diz Joana, “ganhamos ou perdemos todos...” com as decisões tomadas nas assembleias.

Reconhecem, no entanto, o benefício de instituições que recebem financiamento dos baldios, como a ADIC que promove o ATL local no qual decorreu a Escola de Verão. Isabel informa que o ATL da ADIC corre o risco de

encerrar, uma vez que a escola de Vilarinho fechou, por não cumprir o número de crianças exigido para se manter em funcionamento. O reconhecimento da ADIC enquanto instituição local capaz de apoiar o desenvolvimento deste tipo de iniciativas suscita um interesse acrescido por parte dos pais.

Isabel: “já não vai haver ATL...a escola irá encerrar e esta valência irá encerrar também. Não sei se nas interrupções letivas vamos ter ATL... Ainda agora tive mais adesão dos meninos que estavam no ATL do que os meninos que estavam na escola. Por isso não sei se eles vão aproveitar e nas interrupções abrir ou não, não sei dizer...não sei responder, mas esta valência da ADIC em princípio irá encerrar”.

Democracia comunitária

João diz que “o que marcou mais o Abel (filho) foi a responsabilidade que ele sentiu durante a assembleia de minicompartes a representar o papel”. João diz ter achado “interessante e deve ter sido bastante trabalhoso, eles eram mesmo minicompartes!”. Acrescenta “É pena não passarem mais incentivos para os pais se interessarem mais por isto, pela nossa aldeia. Estes temas nunca foram abordados nas escolas e por isso foram esquecidos. As pessoas tomaram outras decisões de vida e deixaram isto para trás. E isso vê-se nas assembleias...”. Isabel recorda momentos como a divulgação da convocatória da assembleia de minicompartes e a organização da assembleia. Acrescenta “acho que foi mesmo marcante para eles... ir colar as convocatórias, organizar a assembleia, pôr o Diogo como minicomparte”, realçando que a principal forma de comunicação entre as crianças na escola e a família em casa era o que as crianças contavam em casa.

Sobre a importância atribuída à realização da Escola de Verão, João refere que foi marcante perceber que o seu filho tinha adquirido a noção da “importância do meio onde vivemos para o nosso futuro”, seguindo “o projeto dos nossos pais e avós”. João acrescenta que “foi a Escola de Verão que passou estes conhecimentos” ao seu filho, que de outra forma “não os teria [adquirido] com esta intensidade”. Os baldios são reconhecidos como um projeto intergeracional e os pais reconhecem o valor dos conhecimentos adquiridos para o futuro dos seus filhos.

A Escola de Verão culminou com a realização da assembleia de mini-compares, que contou com uma forte adesão da população de Vilarinho (como disse Ana, foi “inesquecível”) e propiciou a discussão sobre a participação dos compares nas tomadas de decisão sobre os problemas da floresta discutidos na assembleia, que não deixaram os pais indiferentes. Ana re-

corda-se da proposta feita sobre “cortar acácias”, fazer um “parque na serra para os idosos” e “plantação com outras espécies”. Referindo-se à assembleia de mini-compartes, João acrescenta que “para muitas dessas pessoas, foi o primeiro contacto com uma assembleia”. O sentido de responsabilidade sobre a participação nas tomadas de decisão sobre os baldios não é indiferente, apesar da falta de participação, mas a falta de informação é referida como uma das principais razões desta ausência. João acrescenta: “eu como trabalhador dos baldios tenho contacto com as assembleias e sei que faz falta pessoas com outros pensamentos, com outras ideias falharem estas assembleias, porque podiam trazer melhorias para toda a sociedade”.

Considerações sobre o modelo pedagógico adotado para a Escola de Verão nos Baldios de Vilarinho

Os momentos mais marcantes da Escola de Verão relacionam-se com a motivação dos filhos para a aprendizagem no contexto da escola, o que leva a crer que o que “marcou” os pais foi a vivência dos filhos relativamente às formas de aprender e partilhar experiências que a Escola lhes proporcionou.

Maria reforça que “sobre esta escola, não a chamaram uma seca e falavam em casa do que aprenderam ... a parte prática, e [que] ainda hoje falam disso”. Nesta escola, diz ela, “foi giro ver os pequenitos a serem grandes”. Agora, diz aos filhos, “você sabem mais do que o avô, agora são vocês a ensinar à gente!”. Maria recorda o “gosto deles (os filhos) em explicar o que eram os baldios... eu sei de terras mas há coisas que não entendo... o meu Bruno chegava a casa e explicava e o pai dizia “é inteligente”! E o pai dizia “nem eu com 30 anos sabia isto... é bom eles terem a noção”.

Nos seus discursos, os pais referem-se à aprendizagem da escola regular como “encher a cabeça”, “os professores “despejam a matéria” e que neste modelo de transferência de conhecimento os seus filhos não aprendem da mesma forma como aprenderam na Escola de Verão. A valorização dos conhecimentos adquiridos para a comunidade de Vilarinho sustenta-a na relevância atribuída à experiência e aos modos “alternativos” de educar e de aprender, que permitiram a consolidação de conhecimentos sobre os baldios.

A valorização da Escola de Verão não parece feita atribuída unicamente assim ao tema/ assunto explorados, mas sim pelo facto de ter “traduzido” capacidades que não são habitualmente desenvolvidas na escola formal. A Escola parece, assim, ter sido capaz de revelar a vontade de aprender das crianças de uma forma que a escola “regular” poderá utilizar como mais um método para enriquecer as suas aprendizagens. Acresce a essa valorização

o facto de a Escola de Verão o ter feito através dos baldios, que os pais veem como parte do seu legado. Os pais dizem ter aprendido muito sobre a realidade dos baldios, reconhecendo que a assembleia de minicompartes chamou a atenção para uma realidade desconhecida por muitos dos habitantes de Vilarinho.

“Eu pessoalmente aprendi muito. Apesar de ser daqui do lugar, desconhecia a realidade dos baldios, das assembleias, o que é que discutiam... eu era leiga neste assunto por não ter interesse também, não é? Isto é uma assembleia, é aberta ao público, e eu também nunca estive presente. Por isso, eu pessoalmente aprendi muito, mesmo, muito... entrei na realidade, como eles [referindo-se às crianças].”

A realização da Escola explicitou que o objetivo de aumentar a participação dos compartes nas Assembleias de Compartes passaria por um desafio maior: a falta de conhecimento da população de Vilarinho sobre os baldios. Maria, cuja infância foi passada em Vilarinho, diz que não lhe “passava pela cabeça na idade dela que isto [os baldios] existisse” e reforça que, por ser agricultora já está “habituada à terra” e que os seus três filhos “apesar de já saberem “de tudo um pouco, esta parte dos baldios aprenderam mais”. Antónia, que vive há poucos anos em Vilarinho, diz que “não conhecia os baldios antes desta escola”. Ana acrescenta que não sabia que era parte dos baldios de Vilarinho.

A Escola de Verão facilitou a transmissão de conhecimento sobre a gestão comunitária dos baldios, que os entrevistados traduzem na relevância dada à formação das crianças para a gestão futura dos baldios. No entanto, excluindo o João (talvez devido ao facto de o seu modo de vida estar intimamente relacionado com os baldios), todos os entrevistados deixaram em aberto a sua possível participação futura nas assembleias. Apesar de não existir um interesse explícito na participação nas assembleias de compartes, os pais consideram que iniciativas como a Escola de Verão devem continuar a decorrer, para que se crie e reforce uma ligação mais próxima entre os futuros compartes e os baldios. Uma das justificações apresentadas para a ausência do envolvimento com a gestão dos baldios parece, assim, relacionar-se com a falta de conhecimento sobre os baldios (desde aspetos económicos, históricos, culturais, ambientais, entre outros), com aspetos relacionados com a comunicação entre os compartes e os órgãos gestores dos baldios, uma vez que a face mais visível dos baldios traduz-se unicamente na referência ao trabalho dos sapadores na proteção da floresta contra os incêndios e, talvez de forma mais relevante, a centralidade de uma dimensão “presente” na qual coexiste a memória de um modo de vida co-

munitário com a esperança de manutenção de uma “comunidade” futura e da governação dos baldios, cujos resultados são evidentes:

“eles (conselho diretivo dos baldios) já fazem até bastante. Se não fossem eles, também metade da floresta não estava como está agora... e passam por muito”

A Escola de Verão indicou caminhos a considerar para o desenvolvimento de estratégias futuras no que respeita à gestão comunitária dos baldios. O trabalho desenvolvido com as crianças que participaram na Escola elicitou as ausências mas também possíveis orientações para o desenvolvimento de atividades futuras. O destaque dado pelos pais à formação das gerações de futuros compartes indica, por exemplo, que a adaptação do modelo pedagógico da Escola de Verão a crianças mais velhas/ jovens poderá ser importante no sentido de envolver este público na gestão comunitária dos baldios num prazo mais curto.

“como as pessoas não vêm, estão um bocado desligadas, por falta de quando eu era jovem não haver isso, por não haver informação. Se calhar, o meu filho quando tiver a minha idade já vai ter essa informação. Porquê? Porque já ficou agora alguma coisinha. E se isto fosse continuar, todos os anos se houvesse este continuar, as crianças são os jovens de amanhã, conseguissem encaixar o que é os baldios, qual a importância e as decisões que se tomam, se calhar daqui a 20 anos tínhamos 3 vezes mais ... e tomavam-se decisões não quer dizer que mais acertadas, mas com opinião geral...”

Quando questionados sobre o tipo de problemas que gostariam de ver aprofundados em iniciativas futuras, João menciona que *“houve certas coisas que [na Escola de Verão] passaram assim um bocado por cima. Por exemplo, o que fazer na serra, projetos para o futuro... isso acho que não foi muito abordado. Quer dizer, foi abordado mas não se pensou no que fazer, pronto... arranjar um projeto, sei lá, da floresta da encosta, o que fazer para combater as acácias... e tentar passar essas opiniões para a direção para futuramente eles, enquanto estão no quadro operacional, tentarem fazer alguma coisa, não é... de acordo com a comunidade, penso eu...”* remetendo para a importância de dar continuidade à Escola de Verão no futuro dos baldios.

REFLEXÃO PARA O FUTURO E INTERNACIONALIZAÇÃO

A primeira Escola de Verão de minicompartes mostrou-nos que existe um potencial muito elevado de trabalhar a governação comunitária de florestas com as crianças sem reduzir demasiado a complexidade dos temas, de forma lúdica, combinando atividades ao ar livre típicas da educação ambiental vinculadas com a prática democrática da tomada de decisões. Em Portugal, os baldios possibilitam experiências pedagógicas únicas que permitem às crianças ter contacto com o meio físico e social onde vivem, fazendo-as sentir parte do futuro desses mesmos lugares e habilitando-as para a participação na governação dos espaços comuns. Para conseguir alcançar estes propósitos, as Escolas de Verão têm necessariamente de ser adaptadas ao contexto de cada lugar e implementadas em parceria com agentes locais diretamente envolvidos na governação de florestas comunitárias, interessados na sustentabilidade social destes projetos e em estreitar os laços com as comunidades de compartes numa perspetiva intergeracional (Serra et al., 2016).

A Escola de Verão de minicompartes revelou-nos, também, a necessidade de realizar iniciativas sobre a governação comunitária de florestas com jovens e adultos. Este será um novo desafio que gostaríamos de abraçar no futuro, tendo visto o interesse demonstrado pelos familiares das crianças.

A ausência de materiais como o atual kit pedagógico a nível internacional suscitou também interesse por parte de outros países com florestas comunitárias. A Europa está repleta de experiências muito diversas de florestas comunitárias, principalmente localizadas em montanhas. Em particular, a Galiza partilha com Portugal a mesma história de florestação de territórios comunitários, e possui uma forma comunitária de organização territorial muito semelhante aos baldios, designada por montes veciñais en man común. Explorar conjuntamente com parceiros de outros países o kit pedagógico a fim de o tornar relevante para as comunidades locais de lugares com formas de governação comunitárias distintas é um dos desafios que esperamos poder concretizar no futuro.

A governação de florestas comunitária é também uma oportunidade ímpar para aprender com experiências fora da Europa. A América Latina, em particular o México, onde 80% das florestas são comunitárias, produz reflexões profundas sobre as possibilidades e desafios de fazer florescer conjuntamente as florestas e as comunidades que as governam em condições de grande adversidade. A sua experiência pode trazer lições valiosas para as comunidades locais em Portugal e noutros lugares da Europa.

Decorreram três décadas de construtivismo neoliberal. A sua principal promessa de desenvolvimento sustentável, a equidade intergeracional, está em ruínas em todo o mundo. Neste pequeno grande livro, a equipa entusiasta de investigadores-interventores do CES abriu um caminho para reconstruí-la de raiz. A sua proposta é bem clara: todas as crianças devem aprender a governar os bens dos comuns para o bem comum. Desta forma, eles vão ter sucesso onde nós falhamos.

A proposta parece simples, mas o problema exposto pelos autores é imenso. Tudo começa por saber o que se quer ensinar. Dewey e outros grandes pedagogos insistiram na necessidade de educar para a cidadania democrática, mas que fazer quando a democracia moderna, representativa e cidadã está agonizante, mesmo nos seus berços americanos e europeus? Depois de séculos de destruição capitalista dos laços comunitários e da relação dos habitantes com o seu território, a democracia moderna adquiriu algum sentido quando o Estado-nação, depois de travar as guerras mais terríveis da história humana, finalmente serviu para suprir (imperfeitamente) as funções próprias da comunidade e a sua economia moral. Mas agora esse mesmo Estado vê-se incapacitado de levar a cabo essas funções, e devido às restrições impostas pela *Lex mercatoria* - um verdadeiro golpe de Estado internacional - os povos perderam todo o poder para se governarem democraticamente. A educação crítica é uma ferramenta que serve para expor esta situação e mesmo para incitar à rebelião pacífica e organizada, mas os recursos para a transformação têm sido limitados.

O propósito deste livro é educar para a democracia como tradição coletiva, e os autores dão-nos um contexto onde esta noção adquire um sentido local e concreto: os baldios portugueses e a sua gestão. Os baldios são terras comuns fascinantes para qualquer estudioso do tema, não só pela sua longa e interessantíssima história vinculada ao aparecimento e desenvolvimento do primeiro reino europeu, mas porque a economia moral dos povos serranos portugueses ainda mantém uma tradição de instituições abertas, que dá as boas vindas aos recém-chegados convertendo-os imediatamente em compartes. O baldio oferece aos seus proprietários amplas possibilidades produtivas e culturais; são os lugares ideais para o desenvolvimento de paisagens de produção diversificada, da biodiversidade e de serviços ecossistémicos. No entanto, enfrentam novamente a ameaça de serem extintos. Os autores fazem-se acompanhar por um dos maiores escritores portugueses, Aquilino Ribeiro, para nos mostrar como os bens da vida comunitária se perderam ao longo das décadas, com a expropriação

realizada pelo Estado português para impulsionar a produção florestal e modernizar a vida serrana. Uma revolução interrompida deteve este processo e permitiu aos serranos recuperar as terras, mas fez pouco para impulsionar o governo dos bens da propriedade comum para o bem comum. Nos dias de hoje, uma nova lei permite ao Estado neoliberal impor vários custos aos compartes para a restituição das terras e ameaçam extinguir os baldios que não sejam produtivos a médio-curto prazo. A estratégia é clara: usar os meios económicos para encurralar os serranos e forçá-los a concessionar as terras a empresas - de pasta de eucalipto e de papel, de extração de pedra e minerais, e de energia eólica e hídrica - em troca de rendimentos; isto por sua vez vai sujeitá-los à *Lex mercator*, em particular às suas normas de proteção do investimento. Enquanto os compartes assumirem que não têm outra alternativa “racional” a não ser aceitar esta forma de “cooperação” forçada, continuarão a exigir para si e para os seus filhos e filhas uma educação que só se dedique a treiná-los para maximizar esses rendimentos.

Este livro oferece muito mais, porque se trata de uma educação que permite transcender a “pedagogia do coletivo dos tontos racionais” e a sua ênfase na cooperação estratégica e na mobilização do capital social. Já não se trata de educar as nossas crianças sobre como promover e facilitar a convergência de interesses pessoais ao abrigo do regime de expectativas ganhar-ganhar, caminho que não só promove até à loucura a competição entre os coletivos humanos e acelera a procura universal de lucros a todo o custo, como fomenta o desperdício e a concentração da riqueza e do poder para novos níveis históricos.

Educar para a democracia enquanto tradição coletiva é um ato de emancipação. Ajuda a desmontar e remontar novamente as promessas falsas e ilusórias e as restrições da *Lex mercator* e da democracia representativa. Traz aos indivíduos novas opções de escolha que permitem ir mais além da camisa-de-força imposta pelo interesse pessoal e procurar uma boa vida em comunidade. É a educação que mobiliza os bens humanos acumulados ao longo de muitas gerações e que torna possível o tipo de comunicação necessário para definir noções de bem comum que estejam abertas aos contributos valiosos dos novos membros e de outras comunidades. Uma comunidade só pode ser construída com as práticas que produzem bens sociais internos que formam o seu bem comum. Um desses bens é o modelo de convivialidade para a produção, a troca, a distribuição e o consumo entre os seus membros e com os indivíduos externos. Outro é o seu modelo da boa educação que cada membro deve receber para desempenhar as práticas com a excelência requerida e assim alcançar a plenitude das suas identidades, habilidades e poderes, todos ao serviço do bem comum. Educar para a democracia como tradição coletiva significa convertê-la num

elemento constitutivo destes modelos de convivialidade e de educação, e as suas noções de excelência, identidade, capacidade e poder. Não é uma tarefa fácil, mas agora podemos seguir os passos das crianças de Vilarinho para dar um grande passo em frente.

Cuernavaca, México, agosto de 2016
Raúl García-Barrios

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Balboa, X. (1990): O monte en Galicia. Vigo, Xerais universitária.
- Boucher, D. (2013). Whose Forest Land Is It? Trends in tropical land forest tenure. Union of Concerned Scientists. Disponível online em http://www.ucsusa.org/sites/default/files/legacy/assets/documents/global_warming/Whose-Forest-Land-Is-It-UCS-Whitepaper-Doug-Boucher.pdf
- Brouwer, R. (1995). Planting power: the afforestation of the commons and state formation in Portugal. Eburon.
- Bryden, J., & Geisler, C. (2007). Community-based land reform: Lessons from Scotland. *Land Use Policy*, 24(1), 24-34.
- Bullock, R. C. & Hanna, K. S. (2012). *Community forestry: local values, conflict and forest governance*. Cambridge University Press.
- CNVTC (2010). Programa Nacional para a Valorização dos Territórios Comunitários.
- Dewey, J. (1897). My Pedagogic Creed. *School Journal* vol. 54, pp. 77-80. Disponível online em <http://dewey.pragmatism.org/creed.htm>
- Dienst, Jean-Christophe (1984). Planning project in communal forests of Libin (Belgium). Université Catholique de Louvain.
- Eurostat (2015). Glossary: Common Land. Disponível online em http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Glossary:Common_land
- FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura). (2010). *Global forest resources assessment 2010: Main report*. Food and Agriculture Organization of the United Nations. Disponível online em <http://www.fao.org/docrep/013/i1757e/i1757e.pdf>
- FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura). (2016). *Forty years of community-based forestry. A review of its extent and effectiveness*. FAO Forestry paper 176. Disponível online em <http://www.fao.org/3/b-i5415e.pdf>.
- Fernández Prieto, L. (2000). *Terra e progresso. Historia agraria da Galicia contemporânea*. Vigo, Xerais universitária.

- Food and Agriculture Organization of the United Nations. Disponível online em <http://www.fao.org/3/a-i3710e.pdf>
- Flint, C. G., Luloff, A. E. & Finley, J. C. (2008). Where is “community” in community-based forestry?. *Society and Natural Resources*, 21(6), 526-537.
- Freire, P. (1984). *Ação cultural para a liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da Autonomia - Saberes Necessários à Prática Educativa* Editora Paz e Terra. Coleção Saberes.
- García-Barrios, R. (2012). La disputa por el territorio y su ordenamiento en Cuernavaca (parte 1). *Cultura y representaciones sociales*, 7(13), 136-184.
- García-Barrios, R., Alavez-Vargas, M. & Skulska, I. (2013). Capítulo 3. La Forestería Comunitaria: un espacio privilegiado para otra ecología de poderes y saberes. Em *SCRAM - Crises, gestão de risco e novos arranjos sócio-ecológicos para florestas- Uma perspetiva dos estudos sobre ciência e tecnologia*. Relatório final. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.
- Gollob, R., Krapf, P., & Weidinger, W. (2010). *Educating for democracy. Background materials on democratic citizenship and human rights education for teachers*. Council of Europe.
- Hartebrodt, C., Fillbrandt, T., & Brandl, H. (2005). Community forests in Baden-Württemberg (Germany): a case study for successful public-public-partnership. *Small-scale Forest Economics, management and Policy*, 4(3), 229-250.
- Jaszczak, R., Beker, C., Gołojuch, P., & Miotke, M. (2011) Forest education of the urban population in Poland as exemplified by Poznań agglomeration. *Journal of Management and Sustainable Development*, 2(29), 97-102.
- Jeanrenaud, S. (2001). Communities and forest management in Western Europe: a regional profile of WG-CIFM the working group on community involvement in forest management. IUCN. Disponível online em <https://portals.iucn.org/library/efiles/documents/2001-061.pdf>
- LandMark. 2016. LandMark: The Global Platform of Indigenous and Community Land. Disponível em: <http://www.landmarkmap.org/>.

- Lengyel, A. (2010). Forest Policy Experiences on Private Forestry Development in Selected South East European Countries. in *EFI Proceedings No. 58, Forest Policy and Economics in Support of Good Governance*. Tuomasjukka, Tomi (ed.)
- Lopes, J. & Cristovão, A. (2010). Restless rural spaces in the Iberian Peninsula - Montes Veciñais en Man Común in Galicia and Baldios in the north of Portugal. *Spanish Journal of Rural Development* 1, 96 - 136.
- MAFB (Ministry of Agriculture and Forestry of Bulgaria) (2004). *Environmental assessment of the forest development project, Bulgaria*. World Bank.
- Martins, S. (2015). Aquilino Ribeiro. In *Figuras da Cultura Portuguesa do Séc. XX, Centro Virtual Camões*. Camões, I. P. Disponível online em <http://cvc.instituto-camoes.pt/seculo-xx/aquilino-ribeiro-39117.html#.Vk2pR7-0f9o>
- Merlo, M. (1995). Common property forest management in northern Italy: a historical and socio-economic profile. *Unasylva*, 46(180), 58-63.
- Nunes, J. A. & Feijó, R. (1990). As transformações dos incultos no Noroeste (1750-1900). Uma proposta de reapreciação. *Cadernos de Ciências Sociais*, (8-9), 45-90.
- Papanastasis, V. P. (1981). The Rangelands of Greece. *Rangelands Archives*, 3(6), 241-242.
- Pulla, P., Schuck, A., Verkerk, P. J., Lasserre, B., Marchetti, M., & Green, T. (2013). Mapping the distribution of forest ownership in Europe. Technical Report 88, European Forest Institute. 92 p. Disponível online em: http://www.efi.int/files/attachments/publications/efi_tr_88_2013.pdf
- Ribeiro, A. (1958). *Quando os lobos uivam*. Bertrand Editora (edição de 2011).
- Rodrigues, M. (2008). *Uma breve história dos Baldios e sua floresta*. BALADI – Federação Nacional dos Baldios.
- Romania Commons. (2017). Associative environmentalism: Romanian forest commons project. Disponível em <http://romaniacommons.wixsite.com/project/places>

- Serra, R., Tavares, A., Azul A.M., Skulska, I., Nunes, J., Centemeri, L., Monteiro, M., Matias, M., Alavez-Vargas, M., Matos, N., Ferreira, P., Lopes, P., Santos, V. (2013) SCRAM - Crises, gestão de risco e novos arranjos sócio-ecológicos para florestas- Uma perspetiva dos estudos sobre ciência e tecnologia. Relatório final. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.
- Serra, Rita; Ferreira, Patricia; Skulska, Iryna; Alavez-Vargas, Mayrén; Salgado, Anailton; Arriscado Nunes, João ; García-Barrios , Raúl (2016), Education for sustainability in the context of community forestry, in Castro P, Azeiteiro UM, Bacelar Nicolau P, Leal Filho W, Azul AM (org.), Biodiversity and Education for Sustainable Development.
- Schmithüsen, F. (2000). Communal forest tenure in Switzerland. Towards co-financing forest management systems. Forgoing a New Framework for Sustainable Forestry—Recent Developments in European Forest Law. IUFRO World Series, 10, 315-326.
- VV.AA (2006): Os montes veciñais en man común. Vigo, Xerais universitária.
- Weiss, G. (2001). Mountain forest policy in Austria: a historical policy analysis on regulating a natural resource. *Environment and History*, 7(3), 335-355.
- White, A., & Martin, A. (2002). Who owns the world's forests. *Forest Trends*, Washington, DC. Disponível online em http://www.cifor.org/publications/pdf_files/reports/tenurereport_whoowns.pdf
- Zingari, P. C. (1998). French forest communes and sustainable development in mountain areas. *Unasylva* (FAO).